

PÁGINA 22

ÁGUA: além da cobrança pelo uso, incentivos para preservar mananciais
CARBONO: o mercado-modelo para outros esquemas de pagamento
IMPOSTOS: instrumentos para mudar a matriz de recompensa econômica
ECOTURISMO: potencial para aliar a exploração à conservação

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO ■ NÚMERO 1 ■ SETEMBRO 2006 ■ R\$ 12,00



A natureza em serviço

É PRECISO PAGAR PARA CONSERVAR?

O futuro REPAGINADO



Em dezembro passado nascia uma publicação de alma revolucionária, disposta a questionar os paradigmas de produção e consumo e a enxergar o mundo como um sistema único—no qual os modelos econômicos só fazem sentido se promoverem o bem-estar social e a manutenção das condições naturais que garantem a vida na Terra. Fruto do casamento entre o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas e jornalistas independentes, a revista, sob o título de ADIANTE, conquistou espaço e reconhecimento ao colocar-se como um fórum de debates instigante, até então inexistente na mídia brasileira. Com a saída de Luciano Martins Costa da equipe original, ADIANTE muda de nome, mas a alma permanece. Mais que isso: a partir da experiência acumulada nos últimos meses, a revista inaugura uma nova fase, comprometida como nunca com a linha editorial que desde o início a guiou. PÁGINA 22 - INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO é o nome desta revista, em referência ao trabalho que toda a sociedade terá de fazer em busca da sustentabilidade. PÁGINA 22, portanto, é olhar mais adiante, e virar a página do modelo insustentável em que a sociedade está mergulhada. A nova fase da revista pediu um projeto gráfico reformulado que, assim como o anterior, leva a assinatura de Marco Cançado. O tema desta edição—pagamento por serviços ambientais—ilustra um dos esforços que determinados atores da sociedade, de forma pioneira, têm feito para encontrar o caminho da sustentabilidade. Entendemos que esse rumo não poderá ser trilhado sem um veículo de imprensa no qual circulem livremente idéias e que aponte direções. Este desafio PÁGINA 22 assume de corpo e alma.

BOA LEITURA



PÁGINA 22
mantém a linha
editorial desenvolvida
em Adiante



08 ENTREVISTA

A biodiversidade brasileira traz também responsabilidade, diz Thomas Lewinsohn

16 ESPECIAL

Mecanismos de pagamento por serviços ambientais mostram saídas para administrar a escassez de recursos naturais

24 ÁGUA

Além da cobrança pelo uso, incentivos remuneraram quem conserva os mananciais

30 CRÉDITOS DE CARBONO

O mercado serve como exemplo para outros sistemas de pagamento

36 IMPOSTOS ECOLÓGICOS

Eles oferecem aos agentes econômicos uma nova matriz de recompensa

40 ECOTURISMO

O turismo de natureza ainda precisa de organização para aliar lucros à conservação

50 POLÍTICA

As obras de integração podem mudar a paisagem da América do Sul até 2010

SEÇÕES

- 6 NOTAS
- 14 RETRATO
- 44 ARTIGO
- 46 RETRATO
- 58 ARTIGO
- 60 RETRATO
- 62 SUSTENTÁVEL É...
- 64 COLUNA
- 66 ÚLTIMA



PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETOR Fernando de Souza Meirelles



Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces)
COORDENADOR Mario Monzoni

EDITORAS

Amália Safatle e Flavia Pardini
PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE
Marco Cançado
SECRETÁRIA EDITORIAL
Bel Brunharo
REVISÃO
José Genulino Moura Ribeiro

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Antônio Herminio do Nascimento, Daniel Brito, Denise Galvani, Denise Juliani, Geandré, Gisele Teixeira, José Alberto Gonçalves, Joel Rocha, José Inácio da Silva, Karina Ninni, Leila C. Ferreira, Mary Allegretti, Maura Campanili, Pedro Bicudo, Regina Scharf, Samuel Casal, Sandro Castelli, Thadeu Melo
ENSAIO FOTOGRÁFICO
Igor Pessoa

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Amália Safatle (Mtb 22790)

PUBLICIDADE

contato.22@gmail.com
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Alameda Itu, 513
01421-000 - São Paulo, SP
(11) 3284-0754

IMPRESSÃO

Vox Gráfica e Editora
DISTRIBUIÇÃO
Distribuidora Grupo Estado e Logistech Distribuidora

NÚMEROS AVULSOS E REPARTES CORPORATIVOS:

(11) 3281-7875 e 3281-7790 ou livrariagv@fgvsp.br
(21) 2559-5535 ou livraria@fgv.br


CONSELHO EDITORIAL

Amália Safatle, Aron Belinky, Flavia Pardini, Gladis Ribeiro, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Moysés Simantob, Rachel Biderman, Tarcila Reis Ursini

CONSELHO CONSULTIVO GVces

Fabio Feldmann, Heloisa Bedicks, Luiz Maia, Luiz Ribeiro, Nelmara Arbex, Paulo Vanca, Ricardo Young, Sergio Esteves, Tamas Makray

PARCEIROS FUNDADORES

Fazendo mais que o possível  BANCO REAL
A B.M. AMÉRICA

ODEBRECHT

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVces.

É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 10.000 exemplares

CAPA: SANDRO CASTELLI

CARBONO

A cereja RENTÁVEL do bolo

Da pequena Vargem Bonita (SC) para a gigante petrolífera Shell: esse é o caminho dos créditos de carbono gerados pela primeira vez no Brasil por uma empresa do setor de papel e celulose, dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Trata-se da Irani, que também fabrica embalagens, móveis e produtos de madeira. A emissão é a segunda do setor no mundo, precedida apenas por um projeto na Índia.

A companhia, que no ano passado obteve um faturamento de R\$ 362 milhões, investiu

R\$ 22 milhões na montagem do projeto, executado pela consultoria Ecosecurities. "Esperamos um *pay-back* em três anos", diz o diretor administrativo e financeiro Odivan Carginin. Isso não apenas pelo valor de venda dos créditos, mas também pela economia energética resultante do projeto.

Os créditos foram gerados mediante a desativação de sete antigas caldeiras, que queimavam óleo combustível, e pelo aproveitamento dos resíduos de madeira da própria fábrica e de outras da região. Os resíduos descartados emitiriam metano em sua decomposição. Mas, ao serem aproveitados como combustível, "trocou-se" a emissão do metano pela de dióxido de carbono, 23 vezes menos prejudicial ao clima.

A biomassa passou a ser usada na geração de vapor para secagem do papel e de energia elétrica, o que fez com que a empresa deixasse de comprar energia da rede pública. O primeiro lote de créditos foi negociado por R\$ 2,6 milhões, valor referente a 179.387 toneladas de carbono equivalente evitadas em 20 meses de operação. Outros lotes deverão ser vendidos nos próximos 21 anos. - por Amália Safatle

CLIMA I

LONGE DE EQUACIONAR

A questão das mudanças climáticas, assim como outras cruciais para a sustentabilidade, é tão complexa que uma só área do conhecimento não dará conta de resolver. Isso foi dito por um matemático diante de uma gigantesca equação composta por diversas variáveis, que apresentou durante a Conferência Para Mudar o Futuro, organizada na Faculdade

de Economia, Administração e Contabilidade da USP pelo professor da FEA e ex-reitor da universidade, Jacques Marcovitch.

Pedro Leite da Silva Dias, membro do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU e professor do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da Universidade de São Paulo, montou a "equação do aquecimento global" cruzando dados físicos e químicos relativos à vegetação, à hidrologia, ao solo e ao clima.

A principal conclusão que chegou foi que os modelos de cálculo precisam ser integrados com a dimensão das humanidades, e que o ensino ainda não está preparado para promover essa transversalidade entre todas as áreas. "É preciso repensar a questão da pós-graduação no Brasil, de forma a misturar as disciplinas", afirmou Dias. A equação se tornará ainda mais complexa, mas talvez mais próxima da realidade. (AS)

CLIMA II

PROPOSTAS PARA...

A decisão do governo brasileiro de apresentar uma proposta para redução do desmatamento das florestas tropicais com base em um fundo patrocinado pelos países ricos é um avanço, mas organizações envolvidas no processo prevêem dificuldades para concretizar o mecanismo.

O Brasil apresentará a proposta durante a Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança Climática (COP12)—em novembro, no Quênia. Na reunião, serão discutidas estratégias para a contenção do desmatamento e das queimadas, que representam 25% das emissões globais de gases de efeito estufa.

A opção pela proposta de um fundo para receber doações de países desenvolvidos, cujos recursos seriam utilizados pelas nações em desenvolvimento para preservar suas florestas, foi feita em seminário preparatório para a COP12, realizado em Roma no início de setembro. Para Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam),

ECONOMIA

CHEQUE ESPECIAL

A conta bancária do planeta está no vermelho. O recado foi dado por Bernardo Reyes, pesquisador associado à Rede Internacional Pegada Ecológica, em um local estratégico: um banco. Em palestra no Banco ABN Amro Real em agosto, Reyes afirmou que, a partir de meados dos anos 80, a humanidade passou a consumir o capital natural e não somente os frutos gerados por ele. "Isso só é possível com endividamento, estamos consumindo o capital das gerações futuras", disse.

Segundo Reyes, o maior desafio para a humanidade equilibrar as contas em relação aos recursos naturais que utiliza é a energia. No século XX, a demanda por energia aumentou 11 vezes e deve continuar subindo. "Nossos netos consumirão pelo menos quatro vezes mais energia do que nós."

Para tornar o desafio mais palpável, Reyes lembrou que atualmente, na Europa, um simples iogurte consome em média 17 vezes mais energia para chegar à mesa do consumidor do que o poder calórico que contém. "O metabolismo industrial tem de mudar", alertou. E rápido. A pegada ecológica — medida do impacto das atividades humanas no meio ambiente — da China é de 1,6 hectare por pessoa, embora os recursos naturais do país permitam o consumo de apenas 0,8 hectare por pessoa. "A China só pode se desenvolver se buscar, pelo comércio, a capacidade bioprodutiva de outros países", concluiu Reyes. - por Flavia Pardini

FINANÇAS

O CAMINHO DA VERIFICAÇÃO

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo vai incorporar uma demanda apresentada por várias partes interessadas desde seu nascimento, em dezembro de 2005. Todas as empresas que entrarem na nova carteira do ISE — que será anunciada em 1º de dezembro — terão de apresentar alguma comprovação de que as informações prestadas são verdadeiras.

O Conselho do ISE aprovou determinação para que sejam sorteados cinco documentos comprobatórios para cada empresa participante da carteira. Os documentos serão analisados pelo conselho, que, dependendo da qualidade das informações, pode decidir até pela exclusão da companhia do índice. "É um passo no caminho da verificação", diz Mario Monzoni, coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, responsável pela elaboração do questionário que avalia as empresas em relação à sustentabilidade.

A comprovação de informações é velha conhecida das companhias que integram o Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Na revisão da carteira do DJSI este ano, 36 empresas saíram e outras 46 foram incorporadas, entre elas as brasileiras Petrobrás, Bradesco e Itaúsa. Permaneceram Aracruz, Cemig e Itaú Holding. (FP)



MEGA responsabilidade

... POR FLAVIA PARDINI

A biodiversidade, um dos maiores patrimônios nacionais, guarda enormes promessas de riquezas por vir. Mesmo que os ecossistemas não se provem um estoque de substâncias aproveitáveis, há razões para conservá-los, defende o ecólogo Thomas Lewinsohn. Pesquisador da Unicamp e coordenador de um levantamento sobre o estado do conhecimento da biodiversidade brasileira, ele lembra que as áreas naturais nos são vitais não apenas pela produção e consumo de materiais, mas pelos serviços que prestam. O Brasil tem experiência científica e instituições para investigar o potencial de sua biodiversidade, mas falta não só alinhar uma estratégia, como envolver os diferentes segmentos em jogo.

PÁGINA 22: Ouve-se que o Brasil é megadiverso. O que quer dizer?

THOMAS LEWINSOHN: Quer dizer que os números de espécies que existem no Brasil são obscenamente altos se comparados a algumas outras regiões do planeta. No mundo, em geral os números são muito baixos. Estamos acostumados a fazer comparações só das espécies arbustivas e arbóreas. Na Mata Atlântica houve vários estudos que encontraram em um hectare mais de 400 espécies de árvores. Na Grã-Bretanha inteira há 15 espécies nativas. Um hectare é mais ou menos um campo de futebol.

22: Isso se deve ao clima? Outras regiões tropicais são assim?

TL: Na maioria das regiões tropicais que não são áridas, a diversidade é alta. Mas há exceções importantes, áreas que têm o que se chama de florestas monodominantes, em que há concentração em uma ou algumas espécies. Mesmo no Brasil, na Região Neotropical, há florestas monodominantes — não quer dizer que todo lugar seja altamente diverso. Também não quer dizer que todas regiões temperadas sejam pobres em espécies. Não é como se toda a diversidade interessante estivesse nos trópicos, ou no Brasil. Tenho medo de uma leitura nacionalista, ufanista, dessa expressão. Antes de mais nada, há uma responsabilidade monstruosa que vem acoplada, responsabilidade por um patrimônio insubstituível e que não propriamente nos pertence como nação, vai muito além.

22: O senhor coordenou um levantamento do estado do conhecimento da biodiversidade brasileira. Qual é esse estado?

TL: Tentamos fazer um retrato institucional — ver para cada grupo de organismos, desde microrganismos até vertebrados, como estamos em termos de instituições, coleções científicas, bibliotecas, especialistas. Uma segunda parte foi avaliar as ações possíveis. Faltam ferramentas? Se não temos um guia de identificação, há quem possa fazê-lo no Brasil? Quanto tempo levaria? Quanto tempo leva para treinar uma pessoa para identificar? Com isso a idéia era compor não só um retrato estático, mas também delinear frentes em que poderíamos interferir, acelerar processos, tomar decisões sobre onde investir estrategicamente. Acho que estamos em um espaço muito peculiar, que nem sempre é reconhecido nas iniciativas ou relações internacionais para a biodiversidade. Somos um país megadiverso, temos deficiências graves e necessidades prementes, mas não estamos zerados. Temos massa crítica para certos grupos de organismos, seja institucional, seja de pessoas, temos competências e experiência consideráveis. Agora, é muito desigual, entre os diferentes grupos de organismos e entre instituições e regiões. Dos países de grande diversidade, costumam dizer que o Brasil pertence a um bloco em que inclui México, Índia, África do Sul — que não são de Primeiro Mundo, mas têm um lastro, uma bagagem, experiência científica, massa crítica institucional, de pós-graduações e de especialistas. Isso é diferente de alguns países de grande diversidade da África

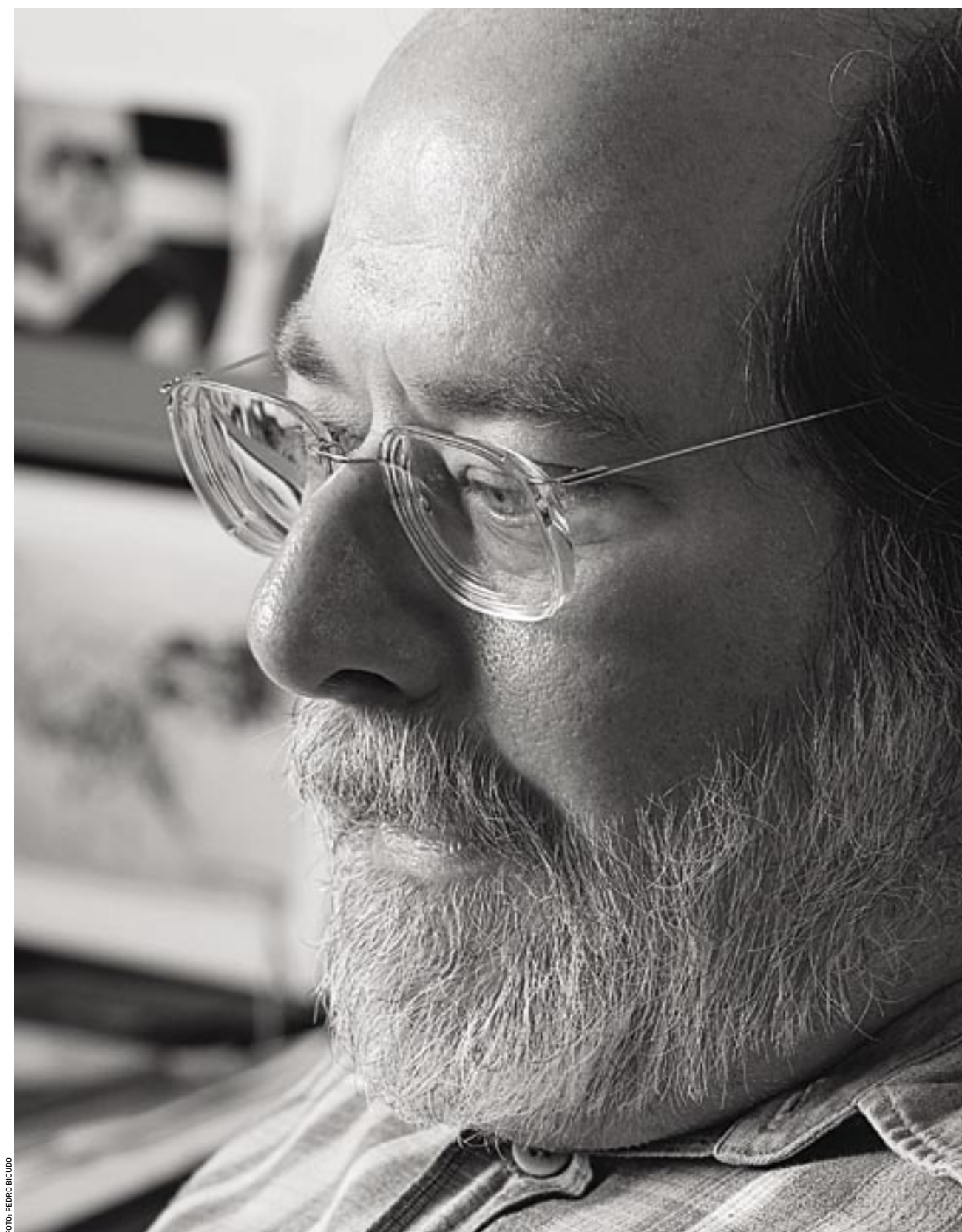


FOTO: PEDRO BICUDO

Tropical e do Sudeste Asiático, que institucionalmente são muito frágeis por não ter pós-graduações, por ter poucos especialistas residentes, museus ou institutos de pesquisa. Qualquer trabalho de investigação de biodiversidade nesses países vai se ancorar em uma relação de dependência, de tutela ou em uma parceria muito assimétrica com países do Primeiro Mundo.

22: Em termos de biodiversidade, o que se conhece?

TL: Existem algumas coisas que dominam a cabeça das pessoas. Certas espécies — as chamadas carismáticas — dentro de certos grupos, especialmente aves e mamíferos, e plantas também. Quando se fala em biodiversidade, as pessoas pensam nesses grupos, em milhares de espécies de árvores tropicais. Mas 99% da biodiversidade é de insetos, de artrópodes, de microrganismos. Mais de 90% dessas espécies são desconhecidas. O grosso da diversidade, dos serviços ecossistêmicos, do potencial de bioprospecção está nesses grupos, dos quais não conhecemos nem a ponta da ponta do iceberg. Toda a idéia que temos de biodiversidade, seja para conservar, usar, fazer prospecção, seja para considerar serviços ecossistêmicos, tem de ser repensada — não porque os vertebrados, aves e mamíferos não são importantes em si, mas porque não é aí que está o potencial em termos de serviços, de exploração. Então toda a visão comum que se tem da biodiversidade está desfocada, precisa ser refeita. Isso é o que se teria de mirar em qualquer iniciativa, pública ou privada, em qualquer estratégia.

22: Conhecendo tão pouco, é possível ter estratégia?

TL: É impossível ter um levantamento efetivo de toda a biota brasileira. A melhor estimativa que fiz, junto com Paulo Inácio Prado, de 2 milhões de espécies, é razoavelmente conservadora. Isso é impossível de ser levantado, mapeado e descrito convencionalmente. Para ter uma estratégia, é preciso combinar diferentes abordagens, verificar as regiões, os biomas que estão sumindo rapidamente, que precisam de uma campanha quase emergencial de inventariação, depois selecionar áreas, como algumas de Mata Atlântica, Amazônia ou Cerrado, para trabalhar em profundidade, com acompanhamento no tempo. A biota muda naturalmente, espécies se mudam, recolonizam, é preciso ter linhas de base para quando nos perguntarem, por exemplo, qual é o impacto de uma represa.

22: Já se disse que, assim como o século XX foi o da informação, o XXI seria o da biologia. O Brasil, que tem um enorme patrimônio nessa área, está preparado para usá-lo de maneira inteligente?

TL: Grande parte das pessoas que falam que o século XXI seria o da biologia está pensando em biologia molecular, em biotecnologia, em uma visão de mundo mais do engenheiro do que do biólogo de campo. O pensamento prevalente não é “vamos manter e usufruir da biodiversidade”, e sim “vamos fabricar moléculas, converter organismos em fábricas vivas”. É uma substituição de uma proveta, ou de uma refinaria de petróleo, por uma linha de produção em que você faz bactérias ou fungos.

22: Mas a partir de algo que existe na natureza?

TL: Isso também é controverso. Eu tenho a expectativa de que a natureza seja uma matriz, um ponto de partida realmente importante ou insubstituível para esses empreendimentos. O que se vê é um discurso — não sei se é discurso ou fato, não tenho como avaliar — das companhias farmacêuticas de que cada vez menos você depende da bioprospecção para ter um primeiro apanhado de substâncias, de pontos de partida, para desenvolvimento industrial posterior. É difícil dizer... Repetem-se exemplos, mas não fica claro até que ponto a Amazônia, por exemplo, vai ser uma comucópia de novos antibióticos, novas tecnologias ou materiais revolucionários.

Não tenho dúvida de que se podem esperar desenvolvimentos importantes, sim, mas meu ponto é anterior. A única razão para conservar ecossistemas ou porções representativas de ecossistemas naturais é que eles são um estoque de substâncias potencialmente aproveitáveis ou de tecnologias de futuro? Acho que é uma boa razão, mas não a única. Se toda a microbiota amazônica não nos fornecer um único antibiótico, isso é razão suficiente para arrasar, converter em pastagem? A história é bem mais complexa. Uma coisa

em que se fala mais e mais é em serviços de ecossistemas. Está embutida, por exemplo, no mercado de carbono: em última instância você usa ecossistemas naturais ou o replantio para realizar o serviço que é a retirada de excedente de carbono da atmosfera e mitigar o efeito estufa e as mudanças climáticas. A idéia de serviços de ecossistemas é um avanço, é extremamente importante para as pessoas se darem conta de que áreas naturais afetam nosso modo de vida de muitas maneiras que não passam pela produção e consumo imediato de materiais.

22: Um dos dilemas do pagamento por serviços ambientais é como dar valor a esses serviços.

TL: A discussão subjacente é se você enquadra esse problema dentro de uma abordagem econômica convencional ou se precisa de uma nova economia para lidar com isso. A impressão que tenho é de que quem está ganhando é o enquadramento na economia clássica. Há propostas de uma economia diferente, mas acho que o *establishment* trata isso como heresia ou excentricidade, não são incorporadas. É mais fácil enquadrar questões como essa — serviços de ecossistemas — nas regras do jogo de uma economia estabelecida do que vice-versa. Isso significa, me parece, tomar certas decisões com um grau de arbitrariedade grande para avaliar esses serviços e poder, de alguma forma, tratá-los como um componente de uma discussão de mercado.

22: O que esse elemento novo — a economia, o valor de ativos ambientais — significa para os biólogos? Muda o trabalho, muda o profissional demandado?

TL: Tem ocorrido algumas mudanças culturais necessárias entre os biólogos de campo. Estou na interface entre gerações, uma geração que trabalhou a vida inteira isoladamente e sem reconhecimento, pelo amor à causa. Essas pessoas, às vezes, reagem mal a mudanças. Estamos em outros tempos, existem mais e mais projetos direcionados, que se justificam por objetivos bastante explícitos: estabelecer condições de conservação, preservação e manejo ou tentar identificar problemas ecológicos focais para entender serviços de ecossistemas, áreas críticas e assim por diante. Isso significa que a biologia de campo deixa de ser a iniciativa individual e passa a apropriar-se de elementos de uma ciência mais coletiva. Tradicionalmente a *big science* é feita por grandes equipes e seus ícones são os aceleradores de partículas, como o Cern na Suíça ou o Síncrotron em Campinas — a antítese de qualquer possibilidade da pesquisa individual. É um investimento que só pode ser feito por consórcios, muitas vezes internacionais, com infra-estrutura caríssima e agendamento de experimentos com anos de antecedência. É o contrário do sujeito que durante anos estudou lagartos, observava, coletava, fazia sua coleção no seu gabinete, ia

Áreas naturais afetam nosso modo de vida de maneiras que não passam pela produção e consumo imediato de materiais

com seu jipe velho, tinha pouco suporte para ir ao campo e costumemente tirava dinheiro do bolso pra trabalhar.

22: Isso envolve cooperação internacional, muitas vezes dificultada pela legislação ambiental. Há excessiva preocupação com a biopirataria?

TL: Existe efetivamente biopirataria. Agora, minha visão é a de que a legislação causa muito mais estrago do que benefício. O contrabandista profissional não está preocupado com as regras da alfândega, porque de qualquer jeito não vai passar por ela, ele tem outros meios. A grande preocupação está em torno da Amazônia. Ela não pára nos limites políticos do Brasil, estende-se pelo Equador, o Peru, a Colômbia, as Guianas, a Venezuela. Hoje se está coibindo a atividade científica, desviando possibilidades de parceria benéfica de cooperação para outros países que são menos duros. Me pergunto se o resultado em termos de coibir a biopirataria seja qualquer que não o simbólico. Mesmo que haja resultado real, compensa o prejuízo que causa ao conhecimento mais necessário, mais importante? Precisariamos estimular de todos os meios possíveis a inventariação da biodiversidade brasileira, porque ela está desaparecendo literalmente a olhos vistos. É uma corrida que em grande parte estamos condenados a perder. A legislação não contempla o fato de que lidamos com coisas desconhecidas e um dos objetivos básicos é explorar o desconhecido. Para obter uma licença de coleta você tem de dizer o que vai coletar. Isso funciona para um experimento com macacos, você sabe quais são, qual a espécie e quantos indivíduos. Mas, para um levantamento de bactérias ou insetos, o formulário é o mesmo.

22: O objetivo é conhecer essas espécies?

TL: Sim, descobrir espécies ou registros de espécies, onde

Se toda a microbiota amazônica não fornecer um só antibiótico, é razão suficiente para arrasar, converter em pastagem?

A idéia no governo é que o Ministério do Meio Ambiente freie iniciativas de desenvolvimento. A biodiversidade está sob fogo cruzado

estão. Não é só prospecção, conhecer a biogeografia é pelo menos tão importante para o entendimento de biodiversidade. Nós não conhecemos a distribuição das espécies nem a dinâmica dessa distribuição. E aí nos fazem perguntas do tipo: “E as mudanças climáticas, faça um cenário, o que vai acontecer?”. Como é que eu vou saber, se não entendo a distribuição atual? E, para estudos de distribuição geográfica, é preciso coletas absurdamente extensas. A organização dessa distribuição, os padrões espaciais, são o ponto de partida para começar a identificar os mecanismos, os processos que determinam por que é que certas espécies vão se extinguir ou vão sobreviver em alguns lugares, como mudam de lugar, quanta migração ou recolonização há. Se quisermos falar em preservação, em manejo, precisamos de uma combinação de estudos intensivos em algumas áreas, com estudos muito extensos de alguns grupos em muitas áreas.

22: Além da legislação, como o senhor vê a atuação do governo na área da biodiversidade?

TL: É a mesma coisa que poderíamos falar de outras áreas. O governo não é um governo, temos diferentes mãos, que em grande parte se desconhecem ou se hostilizam. É patente que não existe qualquer consistência de postura ou integração entre posições do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e as de outros ministérios. Uma idéia que permeia a maior parte do governo é a de que o MMA é uma instituição retrógrada que freia iniciativas de desenvolvimento. A conservação da biodiversidade está sob fogo cruzado. O problema não é a falta de uma política, mas o fato que há pedaços de políticas que não se combinam. É uma falta de entendimento de como levar uma política de meio ambiente no Brasil. Há várias coisas estimuladas, financiadas pelo MMA, como o diagnóstico que coordenei, que por si

só são úteis. O trabalho que fiz não foi pensado como um fim em si próprio, mas como uma ferramenta de apoio à decisão, para ajudar a formar uma estratégia de verdade. Ele é pouco usado pelo governo. Fico contente quando colegas se referem ao diagnóstico, projetos se apoiam nele ao pedir financiamento, fazem referência a dados que coletamos.

22: Ações isoladas...

TL: Isso faz parte da história da ciência em grande parte - os chamados colégios invisíveis durante séculos tiveram papel paralelo às instituições explícitas, às universidades, aos museus ou às iniciativas governamentais. Espero que nosso trabalho estimule o recém-doutor a olhar com carinho para certas áreas ou que as ONGs que lidam com o meio ambiente usem. Agente não pode esperar que o governo vá formular uma estratégia. Na verdade, os nossos problemas em relação ao meio ambiente, à biodiversidade, residem em grande parte em resolver essas relações básicas entre os diferentes segmentos, instâncias e interesses que estão em jogo, que estão mal resolvidos, ainda mal organizados até mesmo para se defrontar.

22: O setor privado tem procurado os cientistas?

TL: Do lado dos cientistas, acho que falta uma referência institucional. Algumas ONGs ocupam determinados espaços, propõem projetos, buscam financiamento. Mas do lado do cientista, do pesquisador acadêmico que não esteja vinculado a uma ONG, falta enxergar quem é o interlocutor. Estamos trabalhando para fundar uma associação de ecologia e conservação que seja essencialmente profissional, que tome iniciativas e se apresente como interlocutor. Tenho a impressão de que existe um vazio ocupado por iniciativas às vezes espertas, ou por outras áreas profissionais, uma engenharia ambiental, geógrafos, outras especialidades que povoam essa área do meio ambiente que está se organizando rapidamente. Existe uma sociedade geológica, de química. Se você quiser saber o que os químicos pensam, pode se dirigir à ela e o presidente vai falar. A idéia não é criar uma sociedade de amigos da natureza, nada contra as ONGs e entidades ambientalistas, mas falta essa instância. O Brasil não tem uma instituição como a Sociedade Ecológica Americana ou a britânica, que tem quase 100 anos.

22: Seria um interlocutor com o setor privado?

TL: Espero que sim, que a gente desde logo faça contato, se apresente e estabeleça relações. E com a sociedade de forma geral. No Brasil, como em muitos países, o ecólogo não é visto como cientista profissional, mas como um ativista, um ambientalista, não é levado a sério. Precisamos construir uma imagem pública, mostrar que isso é uma atividade científica, com todas as limitações. Temos muito

a contribuir, mas muita gente na iniciativa privada e no governo não tem isso claro. Um exemplo é a falta de representação da biologia de campo ou da ecologia dentro da comissão nacional que trata de biossegurança, onde existe uma guerra aberta em torno da liberação de transgênicos. Os que lá estão são biólogos moleculares envolvidos no processo de produção e comprometidos com ele. Falta alguém que diga como monitorar isso no campo. O sujeito que está no laboratório cortando e colando genes não é necessariamente o mais habilitado a fazer um monitoramento de campo para saber se estes genes estão escapando ou se têm efeito populacional.

22: Quanto a cortar e colar genes, a transgenia, qual é o risco?

TL: É verdade que a humanidade há milhares de anos seleciona, cria novas variedades ou combina em híbridos. Agora transportar genes de um reino para outro, isso é novidade. O problema é que não se sabe e não há tempo suficiente para saber as consequências. O que me perturba é a velocidade desenfreada com que isso acontece, é tudo ladeira abaixo, tem de ser resolvido dentro de semanas ou meses. Eu não sei se realmente a agricultura brasileira vai falir se a gente expandir mais gradualmente o plantio de um algodão transgênico, e acompanhar plantios de pequena e média escala para ver o que acontece. É bem possível que não aconteça nada, mas por que não monitorar, ter um programa de cinco anos para avaliar e resolver se sobe a escala? De repente tudo é emergencial — no jornal, desde o Roberto Freire até o ministro da Agricultura dizem que, se não liberarmos a soja ou o algodão transgênico este ano, fecha o Brasil. Não estou convencido disso. Tem outros argumentos, de que isso vem sendo plantado há anos nos EUA, ninguém morreu ou foi comprovadamente intoxicado por um subproduto de soja transgênica. Aí você avalia a história de inovações introduzidas há mais tempo, especialmente as que envolvem a esfera ambiental, e vê que alguns problemas graves levam décadas — 20, 50, 70 anos — para se manifestar. Não tem tempo suficiente acumulado para essa alegria toda com que se anuncia que não tem problema. O que está faltando é bom senso.

22: Por trás tem uma cobiça, uma sede de lucro?

TL: Imagino que sim, mas existe também um compromisso do cientista que está envolvido no desenvolvimento de novas tecnologias, ele tem um compromisso profissional, não está defendendo necessariamente seu bolso. Falta usar o conhecimento existente — os bioensaios para avaliar as consequências ambientais de transgênicos nos EUA são absolutamente inadequados, são testes ruins, não duram o tempo suficiente. Não se liberaria um pneu nessas circuns-

tâncias, uma lâmpada, um rolo de papel higiênico, mas transgênico tudo bem.

22: Os cientistas não alertam para isso?

TL: Sim, mas são tidos como xiitas, como antiprogressistas, retrógrados, agentes de forças estrangeiras ou qualquer outra história. O ecólogo cientista tem um papel importante no Brasil e em outros lugares, mas, antes de mais nada, é preciso reconhecer que ele tem uma competência particular para esse tipo de assunto.

22: O “código de barras genético” pode ajudar na inventariação da biodiversidade?

TL: Pode ajudar muito, tem potencial para ser uma ferramenta de apoio bárbara. O que isso representa é a possibilidade de usar um determinado segmento do código genético que existe na grande maioria dos organismos, que é único e corresponde a uma impressão digital molecular para uma espécie, não para um indivíduo. Mas que indivíduos da mesma espécie sejam efetivamente idênticos nesse segmento e claramente diferentes de indivíduos de outras espécies. O sonho dessa história é a possibilidade — se você tiver uma biblioteca completa de referência, um arquivo de impressões digitais — de pegar o genoma de qualquer indivíduo, seqüenciar, comparar com a biblioteca e, assim, saber qual é a espécie. Alguns pesquisadores vêem nisso um potencial imenso de revolucionar o trabalho de conhecimento e inventariação de biodiversidade, porque você não precisa que um especialista faça um estudo detalhado. Acho que é uma ferramenta importantíssima, que pode abrir possibilidades imensas de trabalhar em uma escala muito maior, de acelerar estudos, mas é um complemento, não substitui o trabalho do especialista de cada grupo de organismos. ■

De repente tudo é emergencial. Dizem que se não liberarmos a soja transgênica o Brasil fecha. Não estou convencido disso

O CORAÇÃO

■ ■ ■ POR ÍGOR PESSOA

Em uma metrópole como São Paulo, o transporte é o ponto mais sensível de um sistema sempre nervoso. Adicionar vias a um emaranhado tão intrincado dificilmente solucionará problemas de tráfego e poluição. A saída para continuar pulsando passa pelo transporte de massa. E pela garantia de que pedestres também têm lugar no coração da cidade.





O canto e a conta da natureza

INSTRUMENTOS DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS
SE DISSEMINAM COMO RESPOSTA À ESCASSEZ DE RECURSOS
NATURAIS QUE A SOCIEDADE PRECISA ADMINISTRAR

 POR AMÁLIA SAFATLE

CASTELLI+06

H escuta o mato crescendo, escuta o mato, escuta...

O mestre da bossa nova, Antonio Carlos Jobim, ouvia e cantava a natureza como poucos. Em *Borzeguim*, quis quebrar a surdez humana diante dos seres que vivem, crescem e se manifestam.

A sociedade, desde o princípio, acostumou-se a desfrutar o que o ambiente produz e generosamente oferece: o ar, a água, a terra, a diversidade de espécies, o clima e tudo o mais que daí deriva. De alimentos a biotecnologia, de água potável ao lazer e turismo. Mas, sem dar ouvidos ao valor desses “ativos”, partiu para uma exploração abusiva.

A escassez resultante dessa espoliação praticada em um sistema de recursos finitos — a Terra — hoje força a sociedade a buscar saídas para controlar e explorar de forma sustentável esses bens e serviços naturais, a fim de garantir que continuem à disposição desta e das gerações próximas.

A economia retorna, então, às raízes que a definem, nas mais diversas acepções do dicionário: arte de bem administrar um estabelecimento privado ou público, bom uso que se faz de qualquer coisa, controle para evitar desperdício em qualquer serviço ou atividade.

A ciência que trata dos fenômenos relativos à produção, distribuição, acumulação e consumo de bens materiais se depara com uma nova bossa: criar mecanismos de pagamento e compensação que incluam os serviços ambientais ou ecossistêmicos, em prol da manutenção das condições de vida na Terra e do bem-estar das pessoas.

Trata-se de mecanismos que remuneram ou recompensam quem protege os serviços da natureza. São os chamados Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Ou seja, não basta cobrar uma taxa de quem polui ou degrada — o que seria apenas um imposto —, é preciso destinar recursos a quem garante a oferta do serviço.

É espantoso constatar que os 8,2 milhões de habitantes de Nova York — exemplo emblemático de PSA — bebam de suas torneiras uma água que não passou por qualquer sistema de filtragem e depuração a não ser aquele feito pela engenhosidade da própria natureza. A cidade percebeu que seria mais vantajoso economicamente proteger seus

mananciais da poluição e do assoreamento do que gastar “os tubos” em sistemas de saneamento — ao contrário do que faz a cidade de São Paulo (*reportagem à pág. 24*).

A Perrier é outro caso exemplar. A mais famosa produtora de água mineral do mundo remunera os agricultores orgânicos no entorno da região produtora de água, porque assim garante a pureza de seu produto, evitando a contaminação por agrotóxicos e insumos químicos.

A água é um dos temas deste Especial, que aborda também o mercado de créditos de carbono, os impostos ecológicos e o ecoturismo. A divisão em temas só se justifica por uma razão de ordem prática. Os serviços na verdade são interdependentes e inseparáveis, pois a natureza forma um só sistema, embora a ciência econômica insista em desmembrá-la em “departamentos”.

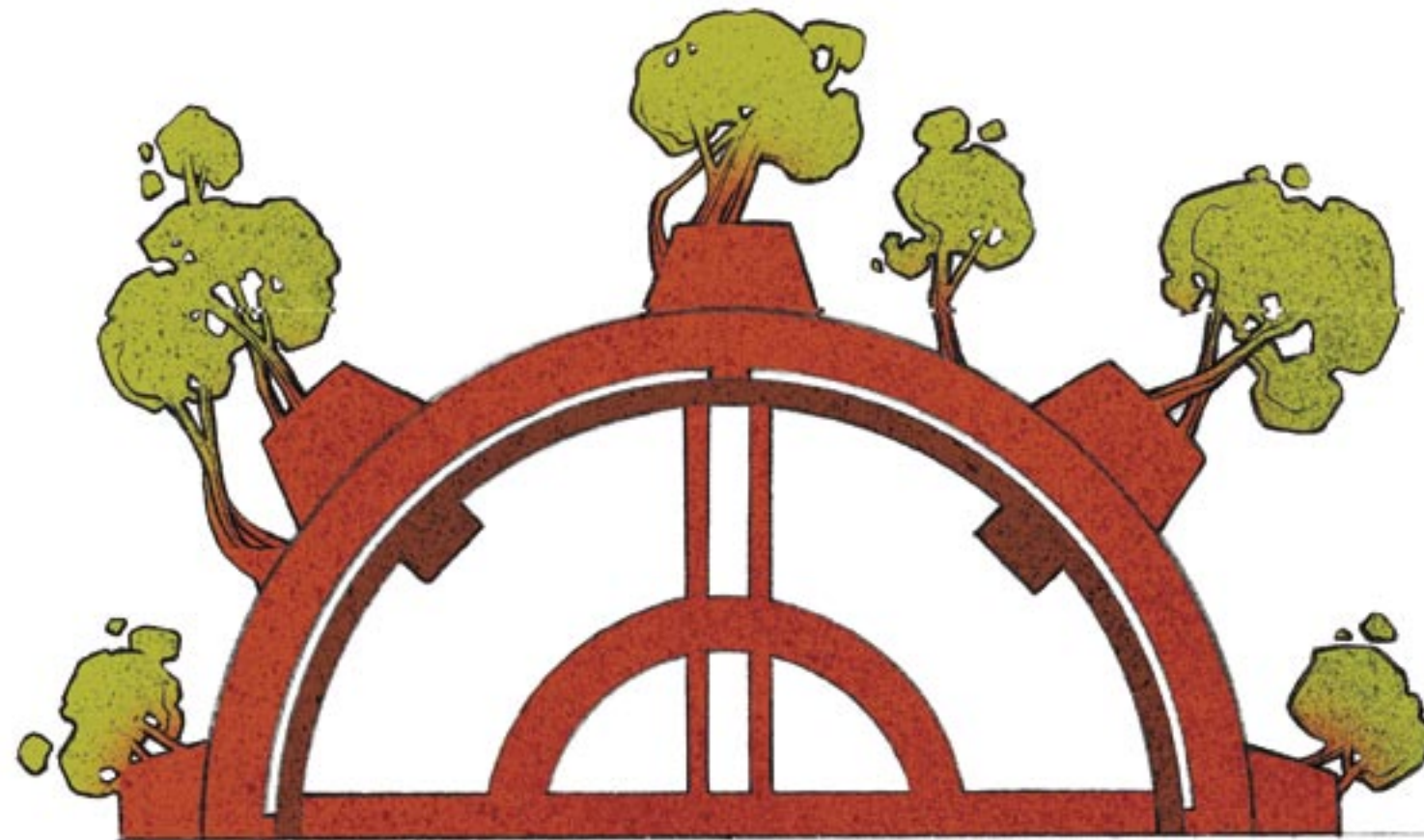
INOVAÇÃO DE TODO LADO

A idéia do pagamento por serviços ambientais, portanto, pressupõe inovação em todos os aspectos, assinala Roberto Waack, executivo que recentemente deixou o Grupo Orsa para se dedicar ao segmento de exploração sustentável de florestas na empresa Amata. Waack fala na necessidade de uma nova visão do sistema, de novas relações entre setor privado, governo e cidadãos, e de novos modelos de atuação, que conjuguem iniciativas do livre-mercado e regulações do Estado.

O conceito de PSA em si não é novo, surgiu há décadas. Mais do que nunca, contudo, ganha prática no mundo inteiro como uma das respostas urgentes para a crise de escassez de bens e serviços naturais que a sociedade — e a economia — de hoje precisa administrar.

É recorrente o exemplo da Costa Rica, que abraçou essa idéia e a incorporou na sua estratégia nacional. Por meio da cobrança de uma taxa sobre a gasolina, o país obtém recursos para destinar à proteção de suas florestas, das quais obtém renda por meio da biodiversidade, dos créditos de carbono, da água e do ecoturismo (*reportagem à pág. 40*).

À parte a experiência da Costa Rica, Michael Jenkins, fundador da Forest Trends, organização sem fins lucrativos baseada nos Estados Unidos, elege a Austrália como um modelo de comparação mais adequado ao Brasil, por



conta de sua escala geográfica. “Há uma enorme carga de inovação na Austrália, no estado de New South Wales, que pode ser ainda mais interessante ao Brasil”, afirma Jenkins (*leia quadro “A floresta virou sal”*).

Inovações brasileiras também chamam a atenção do especialista, principalmente a de transação de cotas de reserva legal que começa a ser feita no País. Reserva legal é a parcela de uma propriedade rural que precisa ser destinada à conservação. Uma medida provisória editada pelo governo federal permite que os proprietários com excedente de reserva legal possam “arrendá-la” a quem tem déficit — fazendo com que este regularize sua situação do ponto de vista legal.

Apesar das inovações que o Brasil propõe e coleciona nos campos da criação de créditos de carbono com base na floresta em pé (*reportagem à pág. 30*) e de impostos ecológicos (*reportagem à pág. 36*), o País ainda patina no tema sob o ponto de vista institucional.

Até hoje, o arcabouço institucional brasileiro não reconhece a figura do prestador de serviços ambientais. Para corrigir o atraso, um grupo de trabalho, sob coordenação de Shigeo Shiki, foi recentemente designado pelo Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de oficializar essa figura e definir suas funções e prerrogativas (*leia quadro “Por uma política nacional”*).

Com isso, espera-se que práticas de remuneração do

SERVIÇOS QUE A NATUREZA EXECUTA DE GRÇA SÃO PRECIOSOS EM PAÍSES NOS QUAIS O ORÇAMENTO É CORROÍDO PELA MÁ GESTÃO

prestador de serviço se disseminem, evitando situações como a das populações das florestas. Essas comunidades, apesar de atuar como guardiãs da mata, ao contribuir para a preservação da água, do clima e da biodiversidade, nada ganham por isso, como descreve a antropóloga e doutora em desenvolvimento sustentável Mary Allegretti, em artigo à página 44.

O pagamento por serviços ambientais é especialmente precioso em países como o Brasil, mergulhados em uma crise administrativa que corrói o orçamento e estrangula os recursos públicos que deveriam ser aplicados na área ambiental. “Diante do fato de que o meio ambiente fornece bens e serviços gratuitamente, os sistemas de PSA são apontados como caminhos para solucionar a falta de um fluxo estável de recursos por parte do governo”, diz Carlos Eduardo Frickmann Young, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

DINÂMICA CAPITALISTA

Um consenso sobre o tema do pagamento por serviços ambientais é que, embora não seja uma panacéia e não substitua totalmente os mecanismos de comando e controle,

RELAÇÃO SINÉRGICA

A Nature e a Beraca, maior fornecedora de insumos da Amazônia para a indústria de cosméticos, investem em fábricas na região e mostram que a produção de bens florestais contribui para a manutenção dos serviços ambientais



O CONCEITO ENFRENTA CRÍTICAS POR PRECIFICAR A NATUREZA, AO MESMO TEMPO EM QUE MÉTODOS DE VALORAÇÃO SÃO POSTOS EM XEQUE

trata-se de um movimento útil e inevitável. Até porque, como afirma o economista José Eli da Veiga, a dinâmica capitalista é sempre ávida por novos mecanismos que a alimentem, que a mantenham ativa e em evolução. Sob o sistema dominante da economia de mercado, também é natural que a sociedade busque as saídas nos instrumentos que esse modelo é capaz de criar.

É aí que surge o primeiro ponto de discussão entre os especialistas: o conceito de PSA põe a natureza dentro das rédeas da economia, quando a economia é que deveria, por princípio, estar condicionada ao sistema maior, que é a natureza.

Fernando Veiga, coordenador de serviços ambientais da organização não governamental The Nature Conservancy (TNC), em poucas palavras desfaz essa utopia: “Enquanto não se coloca preço na natureza, o que se paga por ela é zero”.

Diante dessa constatação, Aron Belinky, que ocupa a cadeira das ONGs na construção da norma de certificação social ISO 26000, afirma que o PSA “tem gosto de capitulação”. “Infelizmente, a humanidade precisa de mecanismos como esse. Os pagamentos por serviços ambientais evidenciam que ainda não fomos capazes de nos relacionar com a natureza por um elo que não passe pela valoração financeira”, diz.

Para Belinky, colocar valor de mercado em algo que não pode ser repostado na prateleira é um conceito problemático. “Além disso, tudo que é raro é muito caro, e tudo que é único

tem um preço infinito”, argumenta.

Waack, da Amata, expõe mais uma contradição: “Os serviços ambientais só ganharam valor porque ficaram escassos, mas foi justamente a falta de percepção de valor que os levou à escassez”, afirma. O executivo também observa que a percepção de escassez é relativa, o que dificulta a formação de valor. “Para o morador da Amazônia, por exemplo, não há escassez de florestas, e sim de área livre para plantar. Daí a necessidade de se entrar com uma lei ou regulação que normatize o sistema de pagamentos.”

Embora discutível, a valoração, base para definir o preço pelo qual os serviços ambientais são pagos ou recompensados, é um instrumento que busca facilitar o entendimento da sociedade diante da necessidade de preservação. “Os próprios economistas ecológicos usam métodos de valoração, porque assim se tomam mais persuasivos”, diz Eli da Veiga.

Carlos Manuel Rodríguez, ex-ministro de Meio Ambiente da Costa Rica, conta que só se conseguiu colocar a preservação ambiental dentro da estratégia econômica e política do país depois que foram traduzidos em números os serviços ambientais da produção de água, da biodiversidade, dos créditos de carbono e do ecoturismo — este último já responde por 25% do PIB.

Do ponto de vista conceitual, contudo, há resistências. “A precificação não quer dizer muita coisa, apenas serve para dar alguma percepção de valor”, diz Peter May, secretário-executivo da Rede Brasileira Agroflorestal (Rebraf).

“Não acho que a valoração tenha valor científico”, afirma Eli da Veiga. O professor argumenta que Alfred Marshall usa a melhor imagem para explicar a formação dos preços: ela se dá como em uma tesoura, são ações simultâneas entre a lâmina de baixo e a de cima, ou seja, entre o custo de

produção e o valor que o consumidor atribui ao produto, ao compará-lo com similares e outros custos de oportunidade. Nos serviços ambientais, em que não há uma coisa nem outra, como aplicar a precificação?

Talvez por isso os valores dos pagamentos ambientais ainda se formem menos por movimentos do livre-mercado e mais por ambientes de negócios construídos pela mão do Estado ou de acordos entre governos.

MODOS DE PAGAMENTO

Veiga, da TNC, explica a divisão clássica de pagamento por serviços ambientais em três grupos. Um deles é o de livre-mercado, exemplificado pela Perrier, que remunera os agricultores orgânicos, e por algumas usinas hidrelétricas que pagam pela conservação de matas ciliares às margens de seus reservatórios para mantê-los protegidos de assoreamento e, assim, evitar perdas na produção energética.

Outro grupo é totalmente determinado pelo Estado, e tem como exemplo o ICMS Ecológico, por meio do qual o governo estadual destina maior parte dos recursos captados

pelo imposto às prefeituras que promovem algum tipo de preservação da natureza.

E o terceiro é híbrido, caracterizado pela relação entre governos e a iniciativa privada. São exemplos o mercado de créditos de carbono, originado pela Convenção do Clima assinada entre 166 países, e a negociação de cotas de reserva legal.

É possível, contudo, considerar o consumo de produtos orgânicos e certificados como um livre-mercado, pois pressupõe o pagamento pelo serviço ambiental realizado para sua produção. Ao pagar a mais por uma alface orgânica ou uma madeira certificada, por exemplo, o consumidor compensa o serviço do produtor que preserva o solo e a água ou que realiza o manejo sustentável da floresta. Surge, neste ponto, outro debate: como diferenciar um bem de um serviço ambiental?

Para Young, da UFRJ, é muito tênue a linha que separa uma coisa da outra. Na maior parte das vezes, estão misturadas. “O ecoturismo talvez seja o único caso de serviço *strictu sensu*”, diz.

BENS OU SERVIÇOS?

A diferença entre os conceitos é tênue. Mas os bens são mais fáceis de se contabilizar. Só a produção primária florestal do Brasil somou R\$ 8,5 bilhões em 2004, dos quais 62% vieram da silvicultura (florestas plantadas) e 38% do extrativismo vegetal (coleta)

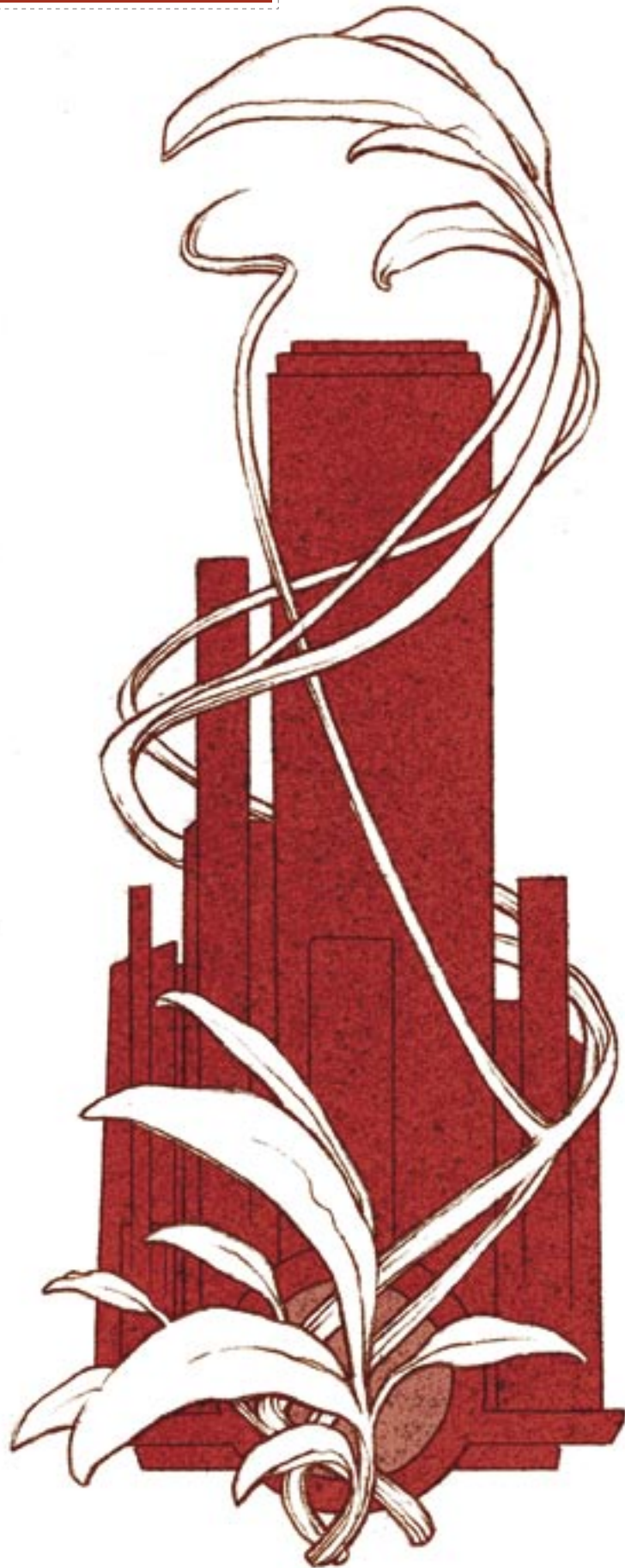
▶ A floresta virou sal

A AUSTRÁLIA LANÇA MÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA CORRIGIR ERROS DO PASSADO

A Austrália é o mais seco dos continentes habitados, mas seu principal problema ambiental hoje se refere à abundância de água. Antes da chegada dos europeus, o sudeste da Austrália era coberto por florestas de eucalipto, que ajudavam a absorver a água das chuvas e a regular o ciclo hidrológico da região.

A partir de 1860, para obter o título da terra, os colonos eram obrigados a derrubar a mata. Esta prática foi abolida, mas até meados dos anos 80, o governo concedia incentivos fiscais para o corte da floresta. Sem as árvores para absorver a água da chuva e com a irrigação para agricultura, o nível dos lençóis freáticos subiu, trazendo à tona o sal que antes era dissolvido e carregado pelas águas subterrâneas. As conseqüências são a formação de áreas alagadas, a corrosão de estradas e pontes, danos à agricultura e piora da qualidade da água dos rios.

Para tentar controlar o fenômeno, o governo do Estado de New South Wales, um dos mais afetados, resolveu agir. Assinou acordos com proprietários de terras para a execução de trabalhos de recuperação em várias áreas, incluindo o controle da salinidade, seqüestro de carbono e melhoria da biodiversidade e da qualidade da água. Criou o Esquema de Negociação de Salinidade do Rio Hunter, no qual 22 indústrias receberam licenças para negociar suas permissões de descarga de água com alto nível de salinidade no rio. E destinou 10 milhões de dólares australianos para o desenvolvimento de instrumentos de mercado para lidar com questões de salinidade. - por Flavia Pardini



Shigeo Shiki, que, além de coordenar o grupo de trabalho sobre PSA, gerencia o programa Proambiente, do MMA, adota uma forma simples de diferenciar os dois conceitos: enquanto serviço é um “processo”, o bem é um “estado”.

RISCO DE DELIVERY

Mas a discussão vai além das questões conceituais. Há preocupações quanto à aplicação prática do PSA.

Uma delas é levantada por Ronaldo Seroa da Motta, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Para Seroa, a grande dificuldade do PSA está em assegurar o “*delivery* do produto/serviço”. Quando se fala em pagar hoje para preservar a biodiversidade de amanhã, “o consumidor” está fazendo uma aposta no futuro, sem saber exatamente que tipo de benefício terá em troca. Será a descoberta de um novo medicamento? De uma espécie? “E se a floresta que hoje eu pago para proteger pegar fogo lá na frente? Seria necessário um instrumento extramercado, ou uma instituição multilateral que assegurasse a entrega do benefício ao pagador”, sugere.

Por essa razão, explica Seroa, os sistemas de pagamento por serviços que mais avançam são aqueles em que os benefícios parecem mais próximos. São casos em que a crise se mostra iminente, como a água, ou que o usufruto pode ser feito desde já, como o ecoturismo.

Para Waack, da Amata, o futuro é certamente o grande componente de incerteza da equação. “Especialmente porque a lógica econômica é de curto prazo”, diz. Para atenuar as incertezas apontadas por Seroa, Waack aposta em mecanismos do próprio mercado financeiro. “Mais que ninguém, os bancos sabem fazer a gestão do tempo e seus riscos. Eles sabem como valorizar os ativos lá na frente e trazê-los a valor presente.”

Outro desafio apontado diz respeito à soberania dos países. Para Seroa, o pagamento pelo serviço ambiental feito por uma instituição estrangeira é visto com muita desconfiança e resistência no Brasil, principalmente por parte das alas mais nacionalistas da sociedade. “Vão dizer que o estrangeiro está privatizando a natureza brasileira, ou reduzindo a autonomia do País”, diz.

► Por uma política nacional

GRUPO DE TRABALHO DO MMA DESENHA PROJETO DE LEI PARA INSTITUCIONALIZAR A PRÁTICA

Um dos exemplos de Pagamento por Serviços Ambientais no Brasil é o Proambiente, programa do Ministério do Meio Ambiente que se destina a remunerar pequenos agricultores na Amazônia que adotam práticas sustentáveis. “Oficialmente”, entretanto, não se trata de PSA, e sim de “subsídio”. Isso porque o arcabouço legal brasileiro não reconhece a figura do prestador de serviço ambiental e tampouco existe uma política nacional para o tema.

Para institucionalizar o sistema de PSA no País, a ministra Marina Silva baixou uma portaria em julho, pela qual designou um grupo de trabalho e estabeleceu o prazo de dois meses para que a política fosse montada, na forma de um projeto de lei. “É um prazo muito curto. Precisamos de mais dois meses para concluir o trabalho”, afirma Shigeo Shiki, coordenador do GT e gerente do Proambiente. Até porque o GT pretende chamar à mesa o setor privado, até então fora da discussão do tema.

O GT hoje é composto de organizações não governamentais e de representantes dos ministérios da Integração Nacional, do Desenvolvimento Agrário e do Planejamento. Segundo Shiki, a proposta vai ser submetida a consulta pública antes de ir a votação. “A idéia é tirar todas as arestas antes de chegar ao Congresso. Foi assim que funcionou no projeto da concessão de florestas”, diz. Aprovado o projeto, o coordenador acredita que o sistema de PSA terá mais condições de deslanchar no Brasil—com maior participação da iniciativa privada.

Quando esse pagamento envolve a dívida externa soberana, a desconfiança é ainda maior, na avaliação de Alexandre Prado, gerente da organização não governamental Conservação Internacional. O mecanismo, chamado *debt for nature* (dívida por natureza), envolve a anulação da dívida externa de um país em desenvolvimento em troca de financiamento em moeda local para conservação e proteção ambiental, por intermédio de uma ONG. O primeiro caso ocorreu na Bolívia em 1987, no qual os EUA eram os credores e a ONG, a Conservação Internacional.

No Brasil, diz Prado, o atual governo federal não mostrou interesse pelo mecanismo. Além da questão da soberania, o governo está mais preocupado com a dívida interna do que com a externa, hoje em situação mais administrável. O governador do Acre, Jorge Viana, havia tido apoio do então ministro da Fazenda Antonio Palocci para adotar a medida, mas, após a queda do ministro, a proposta não encontrou mais ressonância.

“É uma pena, pois mesmo um percentual mínimo da dívida externa representaria recursos significativos para a preservação ambiental”, diz Prado. Mas para isso é necessária vontade política, pressionada pela sociedade.

Uma maneira de a sociedade apoiar e dar legitimidade à aplicação de recursos na área ambiental é mostrar os ganhos sociais vinculados a isso. Young, da UFRJ, cita a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) como o contra-exemplo de pagamento por serviços ambientais, justamente porque o componente social não é considerado.

Pelo artigo 36 da lei do Snuc, empreendimentos que produzam grande impacto ambiental precisam destinar no mínimo 0,5% do valor da obra à criação ou implantação

A LEI DO SNUC MOSTRA QUE O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS SÓ FUNCIONA SE CONSIDERAR O COMPONENTE SOCIAL

de Unidades de Conservação. Reza a lei que os recursos cobrados não podem se destinar a nenhum outro benefício diferente desse, como o investimento na rede de esgoto das comunidades carentes ou o controle e prevenção da poluição atmosférica nos centros urbanos.

“Isso acaba reforçando a idéia da ‘agenda verde’, pois induz a população a pensar que meio ambiente se limita aos parques nacionais, e não tem relação com os problemas ambientais que ela sofre nas cidades”, diz Young. “Sem legitimidade da sociedade, o artigo 36 corre o risco de cair.”

Mecanismos como o de crédito de carbono e o de transação de cotas de reserva legal também são questionados. Segundo Rubens Born, diretor-executivo da organização não governamental Vitae Civilis, há diversos ambientalistas que não concordam com o princípio desses sistemas. “A crítica é que esses instrumentos funcionam apenas como a compra de direitos para poluir ou para não cumprir a reserva legal. E, com isso, o poluidor mantém o seu *status quo*, quando na verdade o mundo requer transformação de todos da sociedade”, explica.

Há ainda, diz Born, o risco de que esses mecanismos promovam apenas o financiamento de bons empreendimentos, o que geraria uma situação de acomodação, capaz de paralisar mudanças por meio de políticas públicas — tão necessárias em um país como o Brasil. ■

[Colaborou Karina Ninni]

Incentivos começam a fluir

PROJETOS DE FUNDAÇÕES, PREFEITURAS E COMITÊS DE BACIAS
HIDROGRÁFICAS ESTÃO PRESTES A INICIAR O PAGAMENTO
A PRODUTORES RURAIS POR SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DA ÁGUA

■ ■ ■ POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES

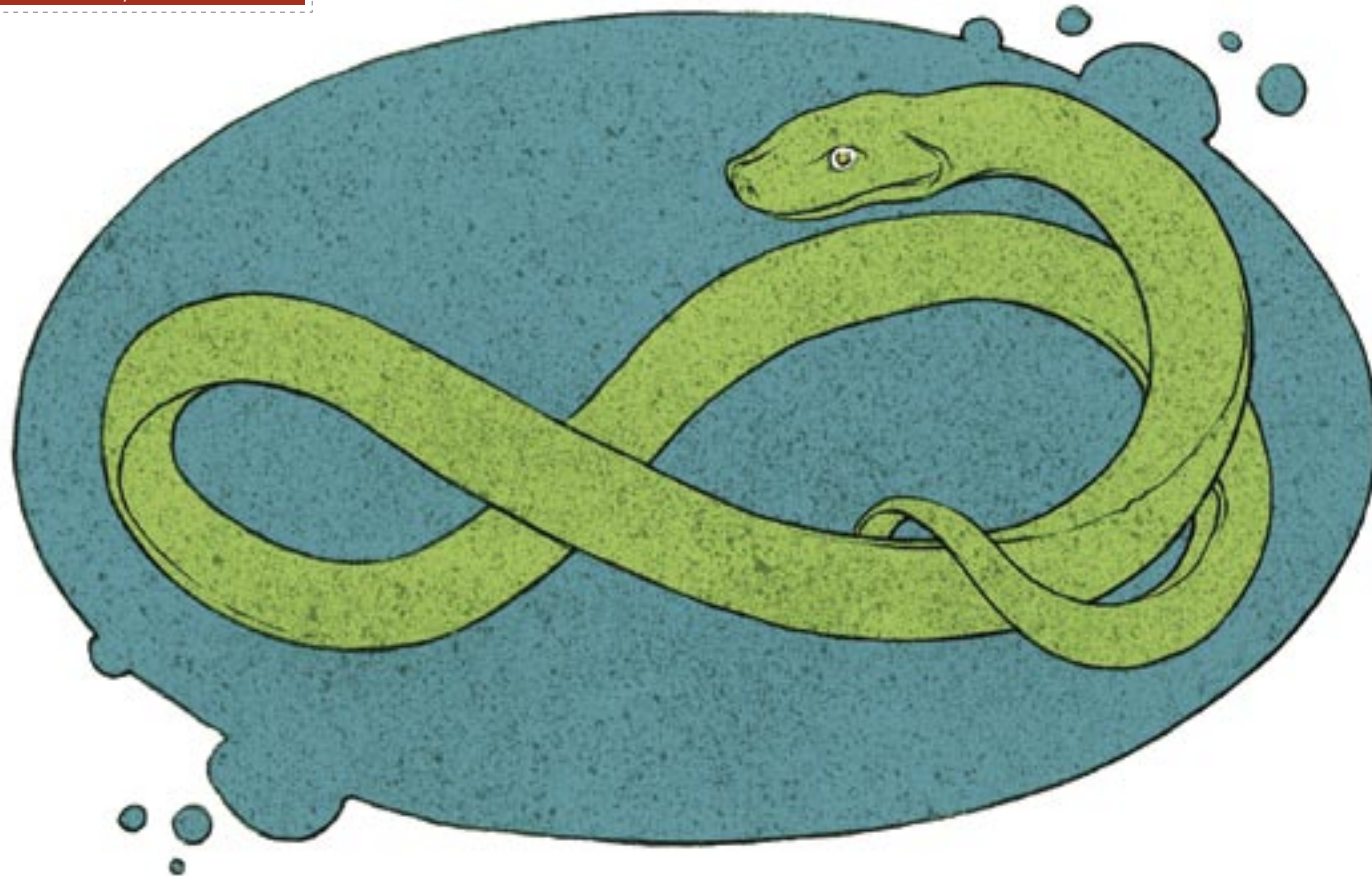
O município de Extrema, no sul de Minas Gerais, está levando da teoria à prática o conceito de pagamento por serviços ambientais na área de recursos hídricos. Com verbas do orçamento, planeja iniciar os pagamentos do projeto Conservador das Águas em outubro.

Cumprindo lei municipal aprovada em dezembro de 2005, a prefeitura vai pagar em parcelas mensais o equivalente a R\$ 148 por hectare/ano a cem pequenos agricultores da sub-bacia do Ribeirão das Posses, que corre para o Jaguari, um dos formadores do Sistema Cantareira, responsável por metade do abastecimento de água da Grande São Paulo.

Para receber o incentivo, os agricultores terão de cumprir mensalmente metas de conservação do solo, recuperação e manutenção de mata ciliar — a vegetação das margens dos rios — e de saneamento ambiental, instalando fossas sépticas na propriedade. A concessão do benefício também implica a averbação em cartório da reserva legal de 20% da área da propriedade com cobertura florestal, que terá de ser recuperada.

O que acontece em Extrema reflete a preocupação crescente dos gestores da política de recursos hídricos com a degradação do solo e





a remoção da mata das regiões de mananciais. Por causa desses desequilíbrios, o volume e a qualidade da água estão declinando e os custos de tratamento não param de subir.

Em consequência desse quadro, entidades ambientalistas e do setor privado, comitês de bacias hidrográficas (CBHs), a Agência Nacional de Águas (ANA) e prefeituras estudam a concessão de incentivos financeiros a produtores rurais e proprietários nas áreas de mananciais de regiões urbanas que realizem ações de conservação.

A cobrança pelo uso da água — que ocorre nas bacias federais do rio Paraíba do Sul, desde 2003, e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), desde janeiro passado —, põe em prática os princípios do usuário-pagador e do poluidor-pagador. Contudo, eles parecem insuficientes para lidar com o desafio da conservação da água e do solo. “A cobrança está muito voltada para a poluição”, avalia José Galizia Tundisi, professor da Universidade Federal de São Carlos e um dos principais especialistas brasileiros em água doce.

A professora Mônica Porto, da Escola Politécnica da USP, em São Paulo, reforça os argumentos pró-incentivos: “A proteção ambiental ocorre por mecanismos compul-

sórios ou incentivos financeiros. Ela não acontece por romantismo. Instrumentos compulsórios são mais difíceis de fiscalizar, além de caros e de eficácia reduzida”.

FOCOS ESPECÍFICOS

Cada incentivo, prestes a sair do forno, tem sua especificidade. Em Joinville, o objetivo do recém-criado Sistema de Compensação Financeira Ambiental é recompor a mata ciliar do rio Cubatão, principal manancial dessa cidade que é a mais populosa de Santa Catarina, com 450 mil habitantes, e o terceiro pólo industrial do sul. A Fundação Municipal do Meio Ambiente (Fundema) vai pagar mensalmente aos 15 pequenos agricultores da fase piloto do sistema entre R\$ 175 e R\$ 550, dependendo do tamanho da propriedade.

Para ganhar o incentivo, os agricultores terão de cuidar do plantio e da manutenção da mata ciliar, sob acompanhamento da Fundema, que investirá R\$ 152 mil nos primeiros três anos. “É um gasto próximo do que temos ao pagar empreiteiras para efetuar os serviços de conservação. Além disso, o projeto envolverá os produtores e suas famílias na proteção dos mananciais. A restrição ambiental vai virar geração de renda”, conta Norival Silva, presidente da Fundema.

O alvo volta-se para o problema da erosão e do assoreamento de rios e lagos no caso do projeto Produtor de Água, da ANA. Se a plenária do comitê das bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ) aprovar a proposta, o PCJ

reservará R\$ 1 milhão do montante arrecadado com a cobrança pelo uso da água nos próximos cinco anos para o pagamento de serviços ambientais, explica Marcos Vinícius Folegatti, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP) e coordenador da Câmara Técnica Rural do CBH-PCJ. Como a primeira etapa — de cinco anos — do projeto custa R\$ 4 milhões, outros R\$ 3 milhões terão de ser captados da ANA, de ONGs e do setor privado.

Entre os serviços a ser remunerados estariam a aplicação de técnicas de conservação do solo, como o terraceamento (obstáculos para reter a água da chuva), a um custo de R\$ 100/hectare. Folegatti exemplifica como funcionaria o pagamento: se o agricultor possuir 20 hectares para terracear, ele ou uma empresa contratada receberiam R\$ 2 mil pelo trabalho, mais R\$ 20 por hectare/ano para a manutenção do serviço.

“O problema da erosão é mais um enorme passivo ambiental na bacia do PCJ”, diz Folegatti. No Brasil, as taxas de erosão variam de 15 a 20 toneladas por hectare, acima da faixa de tolerância de perda de 9 a 12 toneladas, segundo Devanir Garcia dos Santos, gerente-executivo da Superintendência de Usos Múltiplos da ANA. Quanto maior a erosão, mais sedimentos escorrem para o leito de rios e lagos, tornando a água turba e poluída. Só a turbidez da água torna o seu tratamento quatro vezes mais caro, aponta Santos.

Quando se combate a erosão por meio da recuperação da cobertura vegetal ou de técnicas de conservação do solo, como plantio direto, curvas de nível e terraceamento, a água das chuvas volta a infiltrar no solo, em vez de escorrer diretamente para o rio. “Frequentemente fala-se em criar novas barragens para armazenar água no solo, e não em conservar a água na bacia por meio do processo de infiltração, mais simples e menos impactante”, diz Folegatti.

O pagamento de serviços ambientais também pode funcionar para simplesmente desestimular o plantio de culturas agrícolas em áreas prioritárias de conservação. É o que o Instituto Internacional de Ecologia (IIE) propõe em São Carlos (SP) com o projeto “Fazendas da Água”.

Quase pronto para ser enviado à Câmara Municipal, se transformado em lei, o projeto subsidiará agricultores com terras próximas a mananciais que deixarem de cultivar. Com a recomposição da mata antes existente, a expectativa é de que a água volte a infiltrar na terra, em vez de escorrer para o rio levando sedimentos e afetando a recarga dos aquíferos, essenciais para a boa saúde das nascentes.

Bancado pela prefeitura, o subsídio seria calculado em função do valor da produção agrícola que deixaria de existir, detalha Tundisi, da UFSCar, também presidente honorário do IIE. A proposta surgiu no IIE, com base em um projeto do programa de pesquisas em política pública da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Mesmo em áreas urbanas é possível usar o pagamento por serviços ambientais para proteger mananciais. O projeto Oásis, da Fundação O Boticário, pretende oferecer uma espécie de premiação financeira periódica a proprietários da região de mananciais no sul da capital paulista que conservarem os remanescentes de Mata Atlântica em suas terras.

“Partimos da evidência científica de que manter a floresta nas áreas de mananciais melhora a quantidade e a qualidade da água”, explica João Luiz Guimarães, analista de projetos da fundação. “Bacias com boa porcentagem de cobertura vegetal funcionam como filtros naturais, contribuindo para que a água que chega aos reservatórios apresente menor carga de poluentes.”

A degradação da Represa Guarapiranga ficou tão crítica que o custo do tratamento de 1 milhão de litros de água mais que dobrou, subindo de R\$ 23 em 1998 para R\$ 54 em 2003, de acordo com a fundação, que busca parcerias com empresas para captar recursos que viabilizem o Oásis.

AÇÕES INTEGRADAS

Entre os motivos que estimulam estudos sobre o pagamento por serviços ambientais relativos à água, um dos mais importantes é a necessidade de integrar as políticas de floresta aos recursos hídricos. Não é à toa que algumas das principais ONGs ambientalistas somaram esforços para criar o Programa Águas e Florestas em 1999. “É um caminho para resgatar a floresta como produtora de água”,

DINHEIRO PELO RALO

A degradação da Represa Guarapiranga, em São Paulo, ficou tão crítica que o custo de tratamento mais que dobrou entre 1998 e 2003

O OBJETIVO É QUE O
POLUIDOR-PAGADOR
REMUNERE QUEM CONSERVA
OS MANANCIAIS

conta Heloísa Dias, coordenadora do programa na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA). Integram a iniciativa, além da RBMA, a Fundação SOS Mata Atlântica, o WWF e a The Nature Conservancy (TNC).

Desde 2003, o programa realiza oficinas no CBH do Paraíba do Sul para estimular o tratamento integrado das duas áreas. Em março, começou a segunda etapa da cooperação com o Ceivap, com a seleção de três áreas prioritárias de restauração ambiental para implementar ações integradas, levar o conceito de floresta para os gestores de recursos hídricos e efetuar o pagamento de serviços ambientais.

“Nosso sonho é que os CBHs criem linhas permanentes para a compensação por serviços ambientais. Falta, porém, prioridade política para o assunto”, assinala Heloísa. A fim de sanar o problema, a ANA estuda uma proposta de resolução a ser remetida ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que orientaria os comitês a reservar parte da arrecadação da cobrança para projetos de conservação como o pagamento por serviços ambientais.

Para Maria Luísa Ribeiro, coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica, a proteção dos mananciais deve envolver uma série de instrumentos:

► Cobrança pela água induz a investimentos

A ARRECAÇÃO, ENTRETANTO, AINDA É INSUFICIENTE PARA REVERTER A DEGRADAÇÃO DAS BACIAS

Dois comitês de bacias hidrográficas já cobram pelo uso da água em rios federais. O pioneiro foi o do Paraíba do Sul (Ceivap), em março de 2003. Em janeiro deste ano, começou a cobrança relativa às bacias do Piracicaba, do Capivari e do Jundiá (PCJ).

A arrecadação no PCJ alcançou perto de R\$ 6 milhões até julho e deve chegar a R\$ 10,8 milhões até o fim de 2006, segundo a agência do PCJ. Um sinal de que a cobrança foi bem-aceita pelos usuários é a baixa taxa de inadimplência, em torno de 3%.

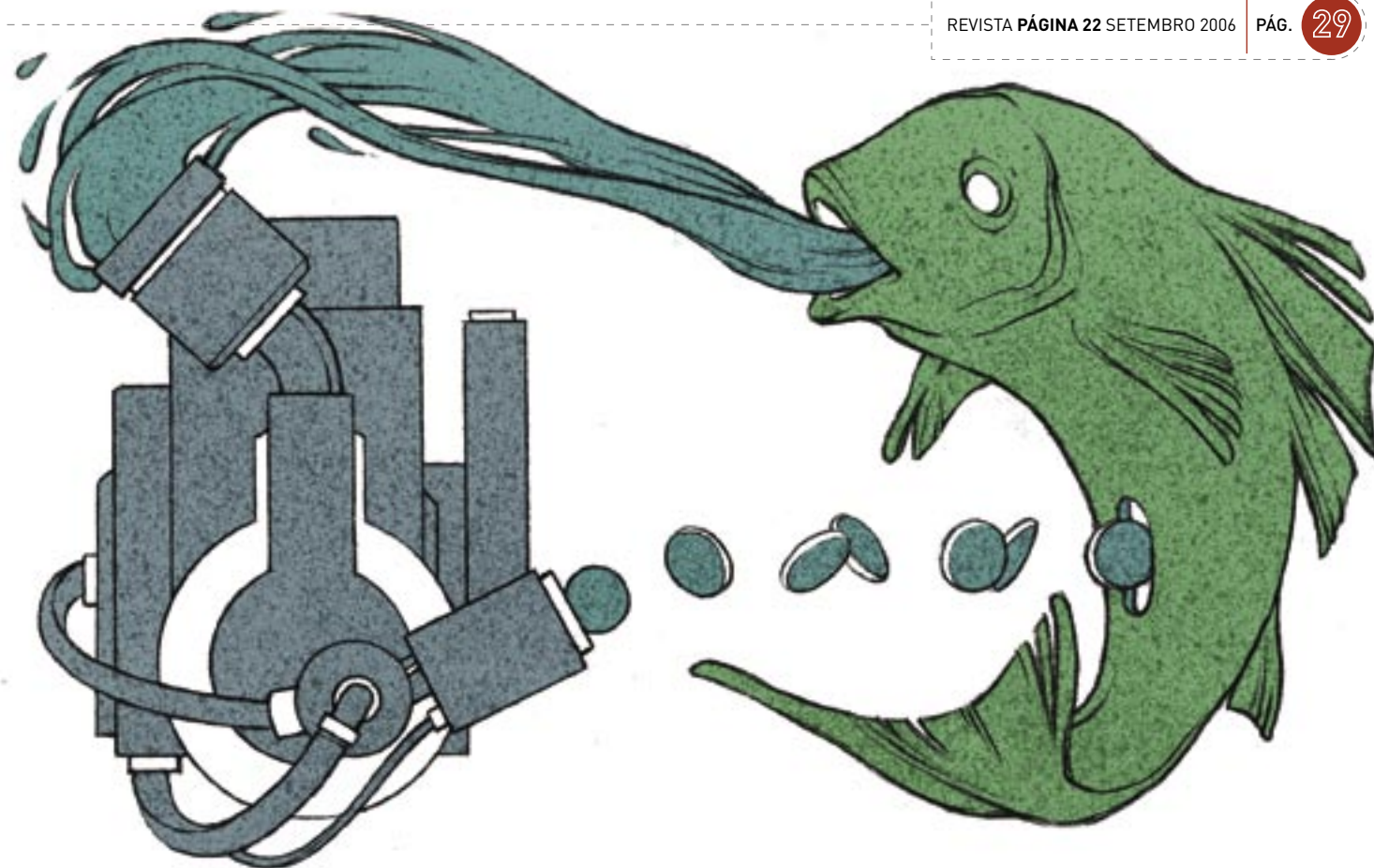
Incluindo os repasses do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), a agência do PCJ contará este ano com cerca de R\$ 15 milhões para investimentos na recuperação ambiental das bacias, especialmente em tratamento de esgoto. Segundo Luiz Roberto Moretti, secretário-executivo do comitê PCJ, o montante deverá dobrar em 2007, quando começa a cobrança pelo uso dos rios estaduais de suas bacias.

A partir daí, a expectativa é que ações de conservação, como o pagamento por serviços ambientais, tenham mais espaço na política de investimentos do comitê, que hoje direciona 82% dos recursos para o tratamento de esgoto.

Pela Lei nº 12.183, aprovada em dezembro de 2005, os 21 comitês estaduais de São Paulo têm dois anos para elaborar planos de bacia e iniciar a cobrança. A lei paulista tem peculiaridades em relação à legislação federal. Na Bacia do Alto Tietê, onde está a maior parte dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, 50% dos recursos arrecadados deverão ser aplicados na conservação dos mananciais. “Nossa lei tem um viés conservacionista”, afirma Rui Brasil, coordenador de recursos hídricos da Secretaria Estadual de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento.

Na bacia federal do Paraíba do Sul, que ocupa áreas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o Ceivap já arrecadou R\$ 22,12 milhões. Os investimentos em projetos somaram R\$ 31,5 milhões entre 2003 e 2005, dos quais R\$ 12,5 milhões resultantes da cobrança.

Além de motivar empresas a tornar mais eficiente o uso da água, a cobrança induz a investimentos, mas por si só está longe do montante necessário para recuperar a saúde ambiental das bacias. No PCJ, somente em 2006 e 2007, o plano de bacia estima serem necessários R\$ 481 milhões, mais de dez vezes a arrecadação prevista no período.



pagamento por serviços ambientais, o IREcológico — que estipula um percentual de renúncia fiscal no Imposto de Renda para aplicação em meio ambiente —, o IPTU especial, com descontos para áreas urbanas não impermeabilizadas, e o abatimento no valor da cobrança a proprietários que recuperem ou conservem a cobertura florestal.

“FLORESTAS DE ÁGUA”

Foi a importância da relação entre água e floresta que levou a SOS Mata Atlântica a iniciar em junho de 2004 o programa Florestas do Futuro, destinado a reflorestar com espécies nativas áreas de mata ciliar de proprietários rurais descapitalizados. Não se trata de um projeto de incentivos financeiros diretos, mas de alguma forma também incorpora o conceito de serviços ambientais.

Os recursos vêm de empresas e a SOS opera o programa por meio de parcerias com universidades, como a Esalq-USP, e ONGs locais. Até agosto, o programa tinha plantado 455.700 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica, com o apoio de empresas como Coca-Cola, Gol, Repsol, YPF, Rabobank e Volkswagen Caminhões.

Exemplos começam a se multiplicar mundo afora. Um dos casos mais impressionantes é o de Nova York, onde o poder público investe perto de US\$ 1,5 bilhão em um programa de dez anos iniciado em 1997. Diante das exigências do governo federal para garantir a qualidade da

OS 8,2 MILHÕES DE HABITANTES DE NOVA YORK CONSOMEM DE SUAS TORNEIRAS ÁGUA FILTRADA APENAS PELA NATUREZA

água que abastece os 8,2 milhões de habitantes da cidade — oriunda de um sistema de 19 reservatórios em três bacias no norte do Estado de Nova York —, comparou-se o custo de preservar o sistema natural ao de construir uma estação de tratamento de água. Escolheu-se a primeira opção, uma vez que a segunda absorveria entre US\$ 6 bilhões e US\$ 8 bilhões, de acordo com um relatório lançado em 2003 conjuntamente pelo WWF e pelo Banco Mundial.

Inúmeros projetos estão sendo desenvolvidos pelo programa nova-iorquino, entre eles a compra de terras privadas em áreas próximas a reservatórios e cursos d’água para conservar suas funções hídricas, combatendo a erosão e o despejo de contaminantes nos rios. O resultado é que, excetuando-se a adição de cloro e flúor, a água chega às torneiras dos nova-iorquinos filtrada naturalmente e pronta para consumo.

O caso de Nova York deixa claro que a conservação dos serviços ambientais pode ser a saída mais econômica para manter a qualidade da água, especialmente em países onde os recursos financeiros são mais escassos, como o Brasil. E traz o bônus de conservar áreas verdes essenciais para os animais e o bem-estar humano. ■

O padrão carbono

MODELO PARA OUTROS **ESQUEMAS DE PAGAMENTO**
POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, O MERCADO DE CARBONO BUSCA
REDUZIR EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA ONDE
É MAIS BARATO. MAS NÃO PODE PERDER DE VISTA O **SEU LASTRO**

••• POR DENISE JULIANI



Além de dólares, euros e ienes, circula nos mercados mundiais uma moeda aceita em qualquer país: os créditos de carbono. Ao contrário das moedas tradicionais, que abandonaram o padrão-ouro, os créditos de carbono têm um lastro muito concreto: a redução das emissões de gases de efeito estufa – dos quais o CO₂ é o mais importante, pois resulta da queima de combustíveis fósseis como o petróleo e o carvão, que movimentaram a economia mundial no último século.

O mecanismo implícito na negociação de créditos de carbono, portanto, é o de tentar preservar as características do clima como o conhecemos hoje e evitar que o aquecimento global comprometa a sobrevivência de seres humanos e animais sobre o planeta. Inspirados na comercialização de direitos de emissão de dióxido de enxofre (SO₂) – criada pelo governo dos Estados Unidos nos anos 70 para controlar o fenômeno da chuva ácida naquele país –, os mercados de carbono têm origem na flexibilização de decisões governamentais, ou internacionais, de diminuir as emissões, reduzindo-as onde é mais econômico e baixando o custo global da empreitada.

“A negociação de créditos de carbono é o exemplo mais real e concreto do mercado de serviços ambientais e pode servir de modelo para outros sistemas”, afirma Paulo Moutinho, pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Em especial, o que pode ser replicado é a experiência na definição de metodologias para medir a redução de emissões de gases de efeito estufa. “Os créditos de carbono são a única commodity ambiental que é possível medir, ao contrário de serviços ambientais como a biodiversidade”, completa.

O sucesso do crédito de carbono reside no fato de ser padronizado – a unidade utilizada no mercado é a tonelada de carbono equivalente –, o que facilita a negociação. Tanto que, em 2005, foram transacionados créditos no valor de US\$ 10 bilhões, dez vezes mais do que no ano anterior, segundo o Banco Mundial. O mercado europeu respondeu por 75% do total, mas a maior parte das reduções de emissões teve origem em nações em desenvolvimento.

Os países dispõem de tecnologia, níveis de investimento em eficiência energética e exigências ambientais diferentes, e tudo isso influi no custo final de reduzir as emissões. Sabe-se, por exemplo, que no Japão o custo de redução de cada tonelada de carbono equivalente fica em torno de 450 euros, enquanto na Europa é de 250 euros. Além disso, as empresas europeias só geram crédito de carbono se reduzirem suas emissões acima das metas estipuladas pelo governo. Em países como o Brasil, que não têm metas de redução a cumprir, seja internamente, seja no âmbito do Protocolo de Kyoto, pequenos cortes nas emissões transformam-se em crédito e o custo de redução é bem mais baixo, cerca de 10 euros.

Mas é justamente a busca pela redução mais barata que dá margem a críticas ao mercado de créditos de carbono. O exemplo da Rússia e de outros países da ex-União Soviética é emblemático. Devido ao colapso econômico que viveram após a queda do Muro de Berlim, essas nações se encontram abaixo de suas metas de redução de emissões – pelo Protocolo de Kyoto, os países desenvolvidos comprometem-se a cortar as emissões em pelo menos 5,2% em relação aos níveis de 1990.

As companhias energéticas destes países possuem equipamentos tão ultrapassados e pouco eficientes que melhorias pequenas e baratas geram redução de emissões e, conseqüentemente, atraem a atenção dos países que excedem suas metas e precisam comprar créditos de carbono. Ainda assim, apenas a empresa energética da Rússia, controlada pelo governo, é responsável, em um ano, por emissões equivalentes ao total emitido pela Inglaterra.

Por isso, apesar do avanço do mercado, há quem veja nos créditos de carbono “permissões para poluir”, com pouco resultado em relação ao aumento da participação de combustíveis renováveis na matriz energética mundial. Foi para caminhar em direção a essa mudança que se criou, no âmbito do Protocolo de Kyoto, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), pelo qual projetos realizados em países em desenvolvimento levando em consideração variáveis ambientais e sociais podem vender créditos de carbono aos países e empresas com metas de redução.



Mas muitos projetos deixam a questão socioambiental de lado no afã de produzir créditos de carbono mais baratos. Tanto que uma rede de ONGs internacionais criou o Gold Standard, uma certificação que garante que os projetos de MDL estão comprometidos com o espírito que emana de Kyoto – reduções de emissões de longo prazo e desenvolvimento sustentável.

Para Marcelo Theoto Rocha, sócio da consultoria Fábrica Ética, o comércio de créditos de carbono deve ser visto como um coadjuvante no processo de redução das emissões e não pode prescindir do estabelecimento de metas mais rigorosas a cada novo período de compromisso do Protocolo – o primeiro se encerra em 2012.

O RISCO DE UMA BOLHA

A formação de um mercado secundário para compra e venda de créditos de carbono é positiva, avalia ele, pois indica que a emissão de certificados, ancorada em novos projetos de MDL, cresce a ponto de atrair outros atores. Entre eles, fundos de investimento, que compram papéis apostando em sua valorização e abrindo espaço para uma atividade comum a qualquer mercado, a especulação.

“O que me preocupa é o surgimento de uma bolha, uma expectativa exagerada em relação aos projetos, uma visão de curto prazo que pode gerar frustrações em prejuízo do objetivo maior, que é a redução de emissões”, afirma

O MDL E A MANUTENÇÃO DA FLORESTA EM PÉ SÃO FORMAS DE AGREGAR VALOR E EVITAR QUE O MERCADO SE DESVIE DO PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE

Rocha. Para ele, qualquer mecanismo de remuneração de ativos ambientais, sejam os créditos de carbono ou outros que surjam, precisa ter participação de mercados e governos para que a variável ambiental seja preservada.

Pelas regras de Kyoto, os projetos de MDL têm de comprovar a chamada adicionalidade, que inclui a transferência de tecnologia para que os países em desenvolvimento pulem etapas e desenvolvam projetos dentro do conceito de energia mais limpa. Da mesma forma, os projetos podem incluir outros serviços ambientais, como proteção à água e à biodiversidade, e devem conter elementos sociais.

“Isso significa que os créditos de carbono gerados por MDL podem ser classificados de acordo com o valor que agregam em termos de serviços ambientais, tendo seu preço de negociação diferenciado no mercado, passando a valer mais de acordo com os benefícios que incorporam”, diz Marco Antonio Fujihara, do Instituto Totum.

Segundo o especialista, esse é um dos motivos pelos quais os créditos de carbono negociados na Chicago Climate Exchange (CCX) têm cotação inferior aos originados a partir de projetos de MDL. Enquanto os créditos de MDL valem

NAS PRATELEIRAS

Segundo Paulo Moutinho, os créditos de carbono são a única commodity ambiental possível de medir.

O uso de uma unidade-padrão – a tonelada de carbono equivalente – facilita as negociações

► Reserva de clima, água & biodiversidade

ATRAÍDAS POR CRÉDITOS DE CARBONO, EMPRESAS DESCOBREM RENDIMENTOS ADICIONAIS

Uma solução típica de mercado foi usada pela organização não governamental Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) para atrair financiamento para a preservação e recuperação florestal no Paraná. Interessadas nos créditos de carbono gerados pelo projeto, as americanas General Motors, American Electric Power e Chevron repassaram US\$ 30 milhões à SPVS para aquisição e manutenção de propriedades privadas localizadas na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Os recursos foram captados pela ONG americana The Nature Conservancy (TNC).

“No total são 19 mil hectares, 1.500 deles de pastagens que serão recuperadas com espécies nativas da Mata Atlântica”, conta Ricardo Brites, coordenador de projeto de ação contra o aquecimento global da SPVS. Os créditos de carbono gerados pela recuperação da área serão repassados às empresas. Cerca de 30% dos recursos foram usados na aquisição das áreas e o restante está aplicado no mercado financeiro e destina-se à manutenção do projeto por 40 anos. Depois desse período, acredita-se que ele será totalmente sustentável.

A área pertence à SPVS e está em processo de transformação em Reserva Particular do Patrimônio Natural. A ONG comprou as terras de grandes proprietários, mas não dos pequenos, para evitar o êxodo rural, e com estes desenvolve um trabalho de geração de renda. O projeto de seqüestro de carbono é uma pequena parte do programa, que inclui benefícios como proteção à biodiversidade e às nascentes de água. Inicialmente, as empresas estavam interessadas nos créditos de carbono, mas hoje, segundo Brites, já valorizam os benefícios adicionais do projeto e o retorno em imagem que ele proporciona.

de US\$ 10 a US\$ 20, os papéis de Chicago não chegam a US\$ 5. Com regulamentação mais flexível do que Kyoto e projetos com ênfase na questão florestal, a CCX é um mercado de reduções voluntárias que começou, em 2003, com 23 empresas e tem hoje cerca de 210 participantes ativos, que se comprometem a reduzir suas emissões em 6% até 2010.

Assim como o bem-sucedido conceito de MDL, cuja elaboração partiu de uma sugestão do governo brasileiro durante as discussões preliminares sobre mudanças climáticas coordenadas pela ONU no início dos anos 90, o Brasil tenta emplacar uma nova mudança de paradigma no combate ao aquecimento global: o do pagamento pelos serviços ambientais fornecidos pelas florestas tropicais.

Até agora, as florestas entram no Protocolo apenas como

“sumidouros” de carbono em projetos de recuperação de áreas degradadas: na medida em que crescem, as árvores removem carbono da atmosfera, processo conhecido como “seqüestro” de carbono. Embora a maior parte das emissões globais de gases de efeito estufa resulte da queima de combustíveis fósseis, a derrubada e queima de florestas tropicais em países como o Brasil e a Indonésia é responsável por 25% das emissões de carbono decorrentes das atividades humanas. Por isso, pesquisadores do Ipam, com o apoio do governo brasileiro, apresentaram em 2003 à Convenção do Clima a proposta de Redução Compensada do Desmatamento (RCD).

NEGOCIAÇÃO ENTRE PAÍSES

Ao contrário do MDL, cujo foco está nos projetos, a abordagem da RCD é a diminuição das taxas de emissão por país, explica Paulo Moutinho. Assim, as nações que conseguissem diminuir o desmatamento de suas florestas abaixo de uma linha histórica de referência receberiam uma

compensação financeira referente àquela redução, pois as emissões evitadas gerariam créditos passíveis de venda aos países desenvolvidos. A receita da venda dos certificados iria para os governos dos países geradores, que assumiriam o compromisso de aplicá-la em políticas públicas para diminuir o desmatamento.

O benefício da RCD em termos de redução das emissões seria muito superior ao de qualquer projeto de MDL envolvendo o seqüestro de carbono, garante Moutinho. “Para se remover de 2 milhões a 3 milhões de toneladas de carbono da atmosfera são necessários 20 anos, que é o tempo de crescimento da floresta plantada”, afirma. “Já no programa de desmatamento reduzido, uma diminuição em 10% abaixo da taxa histórica representa 24 milhões de toneladas em um ano.”

A Floresta Amazônica, por exemplo, detém um estoque “astronômico” de carbono, nas palavras de Moutinho. Ele estima em 60 bilhões a 65 bilhões de toneladas, o que corresponde a uma década de emissões globais. Perturbações na floresta põem em risco não somente sua sobrevivência — e, com ela, a de uma imensa biodiversidade —, mas o clima do planeta. “Não vejo como salvar a Floresta Amazônica se não houver um mecanismo que a valorize em pé”, argumenta Moutinho. “Se a base de qualquer programa de preservação for apenas o valor da madeira, ninguém segura o desmatamento.” O objetivo último da proposta de RCD é tornar o desmatamento uma atividade cara no Brasil.

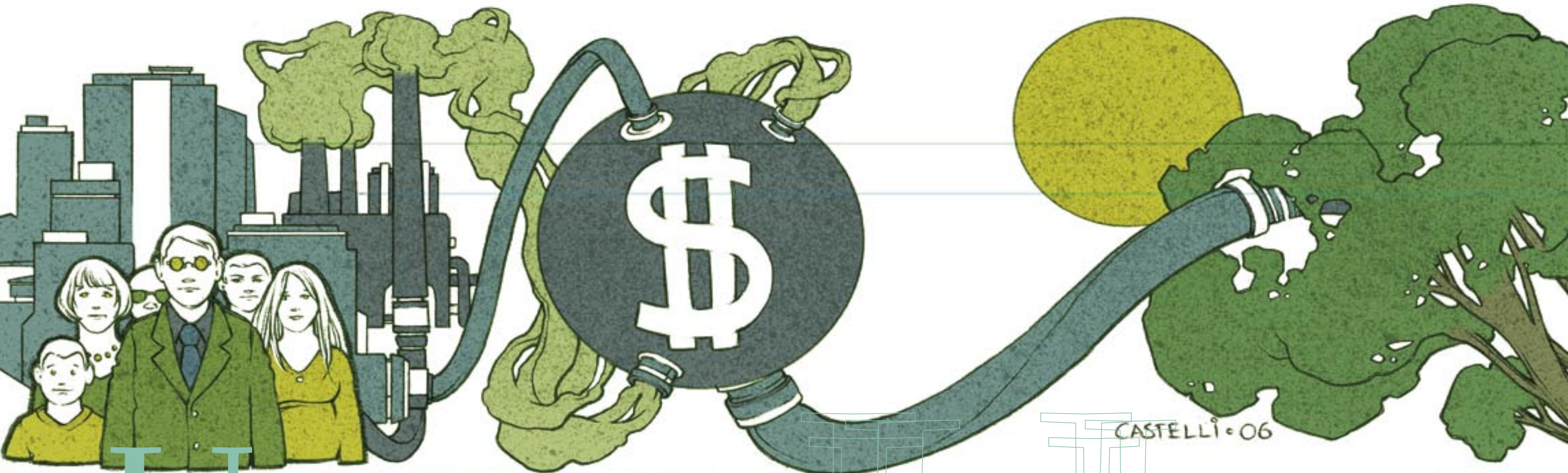
No esquema da RCD, a transformação da floresta em reserva natural, com fiscalização permanente, seria uma forma de assegurar o cumprimento do compromisso de não desmatar, assim como a integridade dos créditos de carbono gerados. Outra sugestão é a de criar uma espécie de seguro, depositando parte dos créditos de carbono gerados pela floresta em um fundo, onde ficariam esterilizados para compensar o risco de derrubada posterior e acidentes como incêndios não provocados. Moutinho reconhece que, embora significativa, a Redução Compensada do Desmatamento não dispensa as demais formas de diminuição das emissões de gases de efeito estufa. “É apenas uma forma de ganhar tempo até que seja efetivada a mudança na matriz energética mundial.” ■



REGULADORA DO CLIMA

A Floresta Amazônica detém um estoque “astronômico” de carbono, estimado entre 60 bilhões a 65 bilhões de toneladas. Isso corresponde a uma década de emissões globais

A CONTRIBUIÇÃO CLIMÁTICA DA REDUÇÃO COMPENSADA DE DESMATAMENTO SUPERA A DE QUALQUER PROJETO DE SEQUESTRO DE CARBONO



Uma nova matriz

MECANISMOS ENVOLVENDO IMPOSTOS INDICAM
AOS AGENTES ECONÔMICOS QUE A CONSERVAÇÃO
PODE TRAZER RECOMPENSA

POR KARINA NINNI

Uma maneira de influenciar o comportamento em benefício da conservação ambiental é trabalhar com os impostos e, quando se trata de impostos, o Brasil sempre se destaca. Entre outros mecanismos, criou o ICMS Ecológico, que agora é aperfeiçoado nos estados — caso do Paraná, que vem experimentando o repasse da receita do tributo diretamente para proprietários de terras que se comprometem a conservar suas áreas.

Assim como nos esquemas de pagamento por serviços ambientais, o uso dos impostos visa mudar a matriz de recompensa que um agente econômico analisa ao decidir o uso que fará da terra, por exemplo. Com o imposto, é possível taxar e tornar caras as atividades consideradas “insustentáveis”, ou subsidiar e incentivar aquelas sustentáveis.

Esta última é a base do experimento paranaense com o ICMS Ecológico — repasse de parte da arrecadação do ICMS pelos Estados para municípios que abriguem mananciais e Unidades de Conservação (UCs). Em geral, o repasse é feito às prefeituras, que não são obrigadas a destinar os recursos para conservação. O Paraná, entretanto, vem desenvolvendo a proposta de repassar os recursos diretamente aos proprietários de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs).

O processo envolve desde a organização dos proprietários até a fiscalização do uso dos recursos, com o objetivo de incentivar a conservação de fragmentos florestais no Estado, que até 2001 tinha apenas 0,8% de florestas remanescentes em pé.

“O ICMS Ecológico opera como mecanismo de precaução”, esclarece Wilson Loureiro, do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). “Não é preciso esperar o sujeito desmatar para ir lá multar.” Segundo Loureiro, todo o processo é orientado pelo Tribunal de Contas do Estado e os recursos têm de ser investidos na conservação da área. O repasse para particulares precisa ser estabelecido por lei municipal, por isso o esforço envolve desde os órgãos ambientais estaduais até prefeitos e legisladores locais.

A iniciativa, embora válida, ainda é pontual, afirma Clóvis Ricardo Schrappe Borges, diretor-executivo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), com sede em Curitiba. Para ele, a ideia de gerar incentivos para áreas de particulares é a única solução imediata que pode impedir o desaparecimento de fragmentos de floresta remanescente. “A decisão é movida pelo desespero: ou se criam artifícios para manter essas áreas, que são pouquíssimas, ou elas desaparecem”, resume.

CASTELLI • 06



Criado em 1991, o ICMS Ecológico é uma tentativa de compensar danos ambientais. Além do Paraná, é adotado em mais nove estados: São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Tocantins, Amapá, Pernambuco e Rondônia.

Trata-se da utilização de uma possibilidade aberta pelo artigo 158 da Constituição Federal, que permite aos Estados definir em legislação específica parte dos critérios para o repasse de recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS, a que os municípios têm direito.

De acordo com a Constituição, 25% do ICMS arrecadado é dos municípios. Desse total, 75% têm de seguir o critério do valor adicionado para repasse. Sobram 25% para dispor. “No Paraná, pegamos 5% desse montante e repassamos para municípios com mananciais e com Unidades de Conservação em seus limites”, informa Loureiro. Os recursos para os proprietários de RPPNs saem da parcela destinada às UCs. O Paraná tem hoje 187 RPPNs, a maioria criada nos últimos 15 anos.

No Brasil, segundo o IBGE, 389 municípios recebem repasse do ICMS Ecológico. Para a assessora jurídica do WWF-Brasil, Georgia Pessoa, a vantagem é que ele

redistribui o dinheiro do ICMS. “Os municípios que não produzem mercadorias não recebem repasse. O ICMS Ecológico tenta corrigir isso.”

AINDA EM DÉFICIT

Piraquara, no Paraná, é um bom exemplo. A cidade tem a maior arrecadação de ICMS Ecológico do Estado: cerca de R\$ 800 mil por mês, ou 25% de sua receita. Com mananciais que incluem as nascentes do rio Iguaçu, Piraquara abastece de água 50% da Região Metropolitana de Curitiba. Aproximadamente 97% da área do município é composta por UCs.

“O ICMS Ecológico ajuda, mas não basta para compensar as pesadas restrições ambientais que temos. Somos a segunda pior arrecadação proporcional do Paraná”, compara o prefeito Gabriel Samaha, do PPS, lembrando que o município não pode ter indústrias poluentes, mas tem um déficit de saneamento básico da ordem de 70% dos domicílios. “Dos 100 mil habitantes de Piraquara, 40 mil estão em áreas irregulares, ou seja, em mananciais.”

Samaha pleiteia um aumento no percentual de repasse do ICMS Ecológico junto ao governo estadual e quer receber também *royalties* pela água. “Se a concessionária nos pagar R\$ 0,08 por m³ de água fornecida, a receita do município terá incremento de R\$ 6 bilhões por ano”, estima.

A idéia de utilizar o sistema tributário para proteger o meio ambiente não é nova. Na Austrália, Bélgica, no Japão e

na Noruega, despesas com prevenção e controle da poluição podem ser deduzidas dos impostos devidos. Em Portugal investimentos ambientais das empresas podem também ser abatidos. O Canadá cobra uma sobretaxa de estabelecimentos que emitem mais poluentes do que o permitido — uma tentativa de mudar o comportamento, algo que os especialistas chamam de função “extra-fiscal” do tributo.

“O imposto é uma linguagem que as pessoas entendem. Assim como os incentivos”, explica o tributarista Rogério Tubino, salientando que a legislação ambiental brasileira é algo como uma colcha de retalhos. “Existem iniciativas visando objetivos específicos, mas não há sinergia entre elas.”

De fato, no Brasil, o cenário de incentivos fiscais e tributos com o objetivo de proteger o meio ambiente ainda está sendo montado. Um passo recente foi a aprovação, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, da proposta de IREcológico, uma espécie de Lei Rouanet para o meio ambiente.

O substitutivo ao Projeto de Lei nº 5974/05 prevê que pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir do imposto de renda devido percentagens das quantias doadas por elas a entidades sem fins lucrativos para aplicação em projetos de conservação do meio ambiente e promoção do uso sustentável dos recursos naturais.

As organizações que desejem receber doações e patrocínios de acordo com a nova lei deverão inscrever seus projetos no Ministério do Meio Ambiente (MMA). Aprovada a proposta, o proponente tem de procurar seu “patrocinador”. As percentagens são de até 80% dos valores doados para pessoa física e até 40% para pessoa jurídica, respeitando os limites da legislação do IR para dedução, que são de 6% para pessoa física e 4% para pessoa jurídica. “A doação pode ser feita diretamente para ONGs ou para fundos públicos ambientais”, diz Georgia Pessoa.

O MMA provavelmente ficará encarregado de fiscalizar a execução dos projetos. A proposta ainda tem de ser aprovada pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, antes de voltar ao Senado.

“Estamos falando de renúncia fiscal e isso custa para os

cofres públicos”, alerta Tubino. “Renunciar às receitas sem a exata noção dos retornos positivos que vamos gerar é um risco.” Para Georgia Pessoa, a proposta está de acordo com o sistema tributário brasileiro. “Foi feito um amplo estudo para calcular os impactos na receita”, assegura. Especialista em meio ambiente e terceiro setor, a advogada Érika Bechara concorda. “O Estado vai abrir mão de uma soma, mas os projetos cobrirão as lacunas deixadas por ele.”

COMPENSAÇÕES

O incentivo a projetos que visam a conservação do meio, ou a iniciativas que previnam danos ambientais, ainda é novidade na legislação brasileira, que sempre operou no sentido de mitigar danos ambientais já causados, e não de evitá-los. Nessa seara, o Brasil inovou ao criar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O sistema prevê uma compensação prévia de, no mínimo, 0,5% do valor total de uma obra causadora de significativos impactos ambientais. Em março deste ano uma resolução do Conama detalhou a lei. “Agora, para cobrar acima dos 0,5%, o órgão ambiental competente tem de estabelecer metodologia para definir o grau dos impactos”, informa Érika Bechara.

Ainda com foco na compensação, o Termo de Ajustamento de Conduta às Exigências da Lei, popularmente chamado de TAC, também funciona na área ambiental. Trata-se de um acordo entre o Ministério Público — ou o órgão ambiental competente — e aqueles que têm ações ambientais a cumprir. “O infrator assume o compromisso de fazer o que está na lei, mas consegue negociar prazos e condições”, explica Érika Bechara.

A primeira instituição pública de pesquisas do País erguida como resultado de um TAC Ambiental acaba de ser inaugurada em Cubatão — o Centro de Capacitação e Pesquisa em Meio Ambiente (Cepema), construído pela Petrobrás em uma área de 20 mil metros quadrados pertencente à Refinaria Presidente Bernardes, com investimentos de R\$ 10,8 milhões. Apesar do gasto vultoso, resta saber se a compensação terá o efeito de mudar o comportamento da empresa. ■

LEI ROUANET AMBIENTAL

A proposta de IR Ecológico segue a linha dos incentivos à cultura. Prevê deduções no imposto devido de pessoas físicas e jurídicas que doem dinheiro para organizações atuantes na conservação e promoção do uso sustentável de recursos naturais

REPASSAR DINHEIRO A PARTICULARES
É A ÚNICA SOLUÇÃO IMEDIATA PARA
EVITAR O DESAPARECIMENTO
DO QUE RESTA DE FLORESTA NO PARANÁ



CASTELLI • 06

Múltiplos CAMINHOS, nenhum rumo

O **TURISMO DE NATUREZA** NO BRASIL CRESCE A OLHOS VISTOS. MAS, APESAR DOS IMPACTOS AMBIENTAIS, AINDA NÃO SE ORGANIZOU PARA ALIAR **LUCROS E CONSERVAÇÃO**

••• POR GISELE TEIXEIRA

O Brasil possui 22% da flora, 10% dos anfíbios e mamíferos e 17% das aves do mundo. Seus limites políticos englobam grande parte de uma das maiores florestas tropicais do planeta, 8.500 quilômetros de costa e mais de 2 mil praias. Não para menos, o turismo tem batido recordes, com a entrada de estrangeiros em níveis nunca vistos. Mas o País ainda não encarou o desafio de transformar esse ativo em um negócio sustentável, capaz de aliar os lucros da exploração turística com a conservação dos recursos naturais.

Prática do ecoturismo — que experimentou um *boom* no Brasil no início dos anos 90, revivido mais recentemente em conseqüência de um esforço de marketing em torno da ecologia e do turismo de aventura — não implica necessariamente a junção entre exploração e conservação.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) estima que a modalidade ecológica cresça a uma taxa de 20% ao ano, quatro vezes mais do que a convencional. Apesar da robustez, o próprio conceito de ecoturismo permanece vago.

“Há provavelmente milhares de pousadas ecológicas no mundo e nenhum padrão”, diz Michael Jenkins, fundador do Forest Trends. “Cada uma delas tem padrões diferentes e maneiras diferentes de beneficiar a biodiversidade ou as comunidades da região.”

No Brasil, as primeiras tentativas de normatizar o

setor ocorreram em 1994, quando a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), em parceria com a iniciativa privada, elaborou o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”. Foi então que se definiu o conceito oficial: “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”.

Alguns projetos de estímulo ao ecoturismo foram criados, entre eles o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável — que não prosperou — e o Proecotur, em andamento até hoje. Agências especializadas surgiram e fecharam, outras se especializaram ainda mais, grandes operadoras entraram no setor e regras para normatização e certificação foram iniciadas. E o setor cresceu. O quanto? Não se sabe.

A ausência de dados evidencia a falta de organização e de estratégia. No ano passado, desembarcaram no País 6,7 milhões de passageiros provenientes de vôos internacionais — 10% a mais do que em 2004 —, que geraram faturamento recorde para o setor de turismo. Segundo o Banco Central, os estrangeiros deixaram US\$ 3,861 bilhões no País, um aumento de 19,83% em relação a 2004. A Embratur afirma que boa parte do crescimento se deveu ao ecoturismo, mas o governo não possui números específicos.

A evolução dos negócios relacionados ao turismo de

natureza, entretanto, é visível. Basta checar a oferta de pacotes para destinos antes praticamente desconhecidos dos brasileiros, como o Jalapão, no Tocantins, ou os Lençóis Maranhenses. Na hora de agendar a viagem, entretanto, ainda é difícil separar os destinos e as práticas sustentáveis do que é apenas marketing.

“Até os grandes destinos de turismo de natureza no Brasil, como Bonito, no Mato Grosso do Sul, e a Chapada Diamantina, na Bahia, estão vendo o crescimento desordenado da atividade”, afirma o biólogo e mestre em turismo sustentável Sérgio Salvatti. Ele acrescenta que a implantação de aeroportos e grandes empreendimentos, sem a contrapartida em infra-estrutura básica de saneamento, saúde e educação, uso e ocupação do solo, assim como o envolvimento efetivo das comunidades receptoras, pode dar

origem ao que chama de “ecoturismo de massa”.

A falta de articulação da cadeia como um todo mostra que o Brasil não só desperdiça a vantagem em relação a países onde a natureza é menos pródiga, como perde uma boa oportunidade de gerar recursos para a conservação de ecossistemas, serviços ambientais e biodiversidade.

Rômulo Santos, coordenador de implementação do Programa de Certificação em Turismo Sustentável do Instituto de Hospitalidade, diz que o Brasil está começando a trilhar o rumo que outros países ricos em biodiversidade escolheram. “A Costa Rica, por exemplo, tomou a decisão estratégica de apostar no ecoturismo há 40 anos.”

O ecoturismo é um dos pontos centrais no programa de pagamento por serviços ambientais da Costa Rica, que



► Domingo no parque

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PRECISAM MELHORAR SERVIÇOS PARA ATRAIR TURISTAS

O Brasil possui uma isca valiosa para atração de turistas: 61 parques nacionais de exuberante natureza. No entanto, apenas 23 estão abertos à visitação e só 15 têm infra-estrutura adequada. Nos demais, como a Chapada Diamantina e os Lençóis Maranhenses, o turismo se dá de modo desordenado.

“O ecoturismo em Unidades de Conservação (UCs) está em fase inicial no Brasil e deve muito em termos de implantação”, admite o diretor de ecossistemas do Ibama, Valmir Ortega. Implantação, explica, significa regularizar a situação fundiária, estabelecer plano de manejo, treinar equipes técnicas e implementar infra-estrutura para visitação.

Os parques oficialmente abertos ao público receberam 2,8 milhões de visitantes em 2005. O líder é o Parque Nacional de Iguaçu, no Paraná, responsável pela atração de 1,08 milhão de turistas, seguido do da Tijuca e o de Brasília.

O Ibama promete investir R\$ 50 milhões anuais em melhorias até 2010/2011 com o objetivo de atrair um público de cerca de 10 milhões de pessoas no fim do período—o mesmo que recebe hoje a África do Sul. A visitação anual em parques americanos é de 70 milhões de pessoas.

A arrecadação dos parques vem da cobrança de ingressos, concessões e arrendamento de serviços. No primeiro caso, os recursos são remetidos à conta central da União. “E não há vinculação que determine que o valor seja reinvestido no próprio parque ou em outras UCs”, diz Ortega.

A concessão para exploração de serviços—como a cobrança de ingressos, vigilância, lanchonetes, passeios e lojas de *souvenirs*— é uma alternativa. Iguaçu, por exemplo, arrecadou R\$ 20 milhões em concessões e ingressos em 2005.

Mas a aposta do Ibama é no Fundo de Compensações Ambientais, abastecido com dinheiro de empresas cujas atividades geram forte impacto ambiental e que não passa pelos cofres públicos. “A regulamentação plena da lei do Snuc e o fundo dão segurança jurídica para os investimentos”, garante Ortega. O valor pago pelas empresas, seu destino e os benefícios gerados podem ser encontrados no site www.ibama.gov.br/compensacao/.

decolou a partir de 1997 e é considerado um dos mais exitosos do mundo. A chave está na idéia de “reconhecimento econômico”. Isto é, o Estado remunera financeiramente os proprietários de áreas naturais por quatro serviços que geram: mitigação do efeito de gases; proteção da água para uso urbano, rural e hidrelétrico; proteção da biodiversidade; e beleza cênica para fins turísticos e científicos.

Em 2006, cerca de US\$ 60 milhões foram pagos pelo governo a proprietários de terra e outros US\$ 825 milhões foram injetados na economia pelo ecoturismo.

A falta de organização em torno do ecoturismo no Brasil tem efeitos não só para a natureza, mas para as comunidades locais, lembra Roberta Cardoso. Autora de uma tese de doutorado sobre turismo sustentável que avaliou os impactos sobre as comunidades locais de dois *resorts*—o Praia do Forte Ecoresort e o Complexo Costa do Sauípe, ambos no litoral baiano—, ela aponta uma grande distância entre o discurso e a prática. “Eles (os *resorts*) praticam ações pontuais e assistencialistas que resultam em pouca, ou nenhuma, mudança positiva no bem-estar das comunidades”, diz.

É nesse cenário que entra em pauta um assunto controverso, o Programa de Certificação em Turismo Sustentável—que conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), do Sebrae e do Ministério do Turismo. O objetivo é desenvolver um Sistema Brasileiro de Normas e de Certificação em turismo sustentável.

Em julho, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (Abnt) aprovou a primeira regra para pequenos hotéis e pou-

A IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SEM A CONTRAPARTIDA EM INFRA-ESTRUTURA PODE GERAR O "ECOTURISMO DE MASSA"

sadas. O texto traz parâmetros relativos à sustentabilidade dos empreendimentos de modo que sejam ambientalmente responsáveis, socialmente justos e economicamente viáveis. De acordo com Rômulo do Santos, 82 empresas estão em fase de implementação de sistemas de gestão e, até o fim de 2007, a meta é ter 565 meios de hospedagem nesse processo. A próxima fase é solicitar a certificação.

Para Alexandre Prado, gerente da Conservação Internacional Brasil, iniciativas desse tipo são positivas, mas só vão “pegar” quando houver mercado. “O ecoturismo no Brasil ainda está baseado no mercado interno, e os turistas nacionais não estão dispostos a pagar mais para ficar em destinos e hospedarias certificadas”, afirma.

Rômulo Santos discorda e argumenta que a certificação nem sempre significa custos mais altos para o turista. “Estudos comprovam que um funcionário treinado, por exemplo, diminui em 25% os custos de manutenção de um empreendimento. Há redução em outras áreas”, garante. Para ele, as 250 certificações para hotéis e pousadas desse segmento existentes no mundo mostram que cada vez mais as pessoas estão em busca de um reencontro com a natureza. “O consumidor que compra produtos orgânicos, recicla o lixo e busca o uso racional de recursos naturais, quer também um destino menos agressivo ao meio ambiente nas férias.” ■■



GUARDIÃS sem recompensa

✦ POR MARY ALLEGRETTI

A idéia de que populações tradicionais protegem os recursos naturais por deles depender para viver, lançada na década de 80, continua extraordinariamente viva, como mostra o crescente número de unidades de conservação criadas para esse fim. Não vem se concretizando, entretanto, a expectativa de que os produtos fornecidos pela floresta compensem financeiramente o serviço de extraí-los. Tal desequilíbrio tem uma causa estrutural: a ausência de compensação pelos serviços ambientais que essas comunidades prestam à sociedade.

POPULAÇÕES DA FLORESTA PROTEGEM OS ESTOQUES DE CAPITAL NATURAL, MAS NADA GANHAM ALÉM DO VALOR DOS PRODUTOS QUE EXTRAEM

Serviços ambientais são benefícios que a natureza viabiliza para a sociedade e que resultam do bom funcionamento dos ecossistemas. É possível garantir esse serviço por meio de áreas de proteção integral, de uso sustentável e/ou por intermédio de atividades econômicas que valorizam ativos ambientais.

Na primeira opção, o Estado tem a obrigação de proteger; nas outras duas é auxiliado nessa função pelos habitantes dessas áreas ou por empreendedores privados. Há, sempre, um custo na manutenção dos serviços e é a dificuldade em valorá-lo uma das razões pelas quais se destrói tanto o ambiente.

A comparação entre duas atividades econômicas clássicas — a agricultura e o extrativismo — permite uma clara compreensão do dilema.

Um produtor de soja, algodão ou café insere nos custos de produção o valor da terra, adquirida ou arrendada — investimento prévio sem o qual a atividade não se realiza —,

e está seguro de que o mercado contabiliza esse custo no preço do produto. Um extrativista, castanheiro ou seringueiro, historicamente comercializa seus produtos apenas pelo valor de reprodução da sua força de trabalho, sem que nunca fosse contabilizado o valor do estoque de capital natural de um castanhal ou seringal no preço do produto. O fato de o extrativismo não ser uma atividade rentável não deriva de um defeito intrínseco a essa atividade, mas do fato de o mercado não atribuir valor ao capital natural, base da atividade.

O extrativismo sustentável, da forma como é feito tradicionalmente na Amazônia, mantém os estoques de capital natural. São serviços ambientais gerados pelos sistemas ecológicos. Os seringueiros, castanheiros e ribeirinhos são, assim, mantenedores de estoques de capital natural e, na medida em que sua atividade econômica depende da reprodução da natureza, são provedores de serviços ecológicos.

Se o mercado convencional não contabiliza o valor dos estoques e serviços, é preciso uma estratégia política para alterar essa situação: ou uma intervenção do Estado ou uma alteração nas regras do mercado. Ou ambas.

PACTO PELA MODERNIDADE

Comunidades utilizam recursos naturais de forma sustentável quando deles dependem para sua própria reprodução. Para que isso aconteça, há um conjunto de pré-requisitos: os territórios devem estar protegidos por lei; deve haver segurança de que não serão expulsos ou ameaçados por forças econômicas ou políticas externas e a oferta de serviços básicos de educação, saúde, informação precisa ser permanente.

Ou seja, a conservação dos recursos naturais por comunidades é fruto de um pacto com o Estado: elas assumem a função de guardiãs dos recursos naturais em troca de benefícios sociais e econômicos equivalentes à função



desempenhada. É por isso que reivindicam investimentos que permitam a modernização de sua atividade econômica, mais do que a melhoria na qualidade de vida.

Esse pacto, na prática, tem sido parcialmente cumprido: territórios vêm sendo protegidos sem a contrapartida de investimentos sociais, muito menos produtivos. Na primeira década de vigência dessa política (1990-2000), a garantia dos territórios era suficiente. Hoje, é diferente. Uma nova geração já nasceu em áreas protegidas e anseia por investimentos que vão muito além dos convencionais: qualificação profissional na gestão dos recursos, agregação de valor, comunicação e inserção no mundo global, sem deixar a floresta.

Esse objetivo somente será alcançado mediante uma política inovadora especificamente formulada para remunerar um serviço ambiental. Mas para isso é necessário um novo pacto entre o Estado, a comunidade e a sociedade. O Estado precisa comprometer-se a proteger os territórios e realizar investimentos básicos em saúde, educação e infraestrutura social; a comunidade, a proteger os recursos de acordo com regras definidas para esse fim; e a sociedade, a realizar parcerias produtivas que valorizam os ativos florestais e da biodiversidade.

Experiências embrionárias já existem: a Lei Chico Mendes no Estado do Acre autoriza o executivo a subsidiar a borracha natural produzida por seringueiro, medida voltada para agregar valor ao seringal nativo. O Proambiente, programa proposto por agricultores familiares do Pará, busca compensar comunidades rurais pela transição de uma agricultura predatória para sustentável.

Mas nenhum país ainda enfrentou esse desafio na escala que poderia ocorrer no Brasil: remunerar comunidades indígenas e tradicionais pelo serviço de proteger nosso capital natural representaria uma revolução econômica, cultural e ambiental sem precedentes no planeta. ■

EXPERIÊNCIAS EMBRIONÁRIAS

A Lei Chico Mendes autoriza o subsídio da produção de borracha pelo seringueiro, e o Proambiente compensa a prática agrícola sustentável

AS PERNAS

... POR IGOR PESSOA

No calçadão, todos são iguais. Dar prioridade ao transporte público, e com ele aos pedestres, é um desafio político—significa colocar em xeque os interesses de quem tem carro na garagem. Mas traz recompensa: mais democracia e qualidade de vida.



O que DIZEM os CANDIDATOS

PÁGINA 22 PROPÕS SEIS QUESTÕES AOS PRESIDENCIÁVEIS, RELATIVAS À SUSTENTABILIDADE. O LÍDER NAS PESQUISAS NÃO RESPONDEU

✦ POR DENISE GALVANI

Sustentabilidade, na definição clássica, implica gerir as necessidades da sociedade atual sem comprometer as das gerações futuras. Implica respeito aos direitos e espaços coletivos e harmonia entre as questões sociais, econômicas e ambientais. Uma agenda cheia, portanto, para os homens públicos, e prova de que a variável política está intrinsecamente ligada a seu conceito, como mostra artigo à página 58. Para descobrir o que pensam e propõem os presidenciais em relação ao tema da sustentabilidade, PÁGINA 22 elaborou seis perguntas. Quatro dos candidatos não responderam às questões, entre eles o

líder nas pesquisas e atual presidente da República. Entender a posição dos governantes sobre o tema da sustentabilidade é crucial para que o eleitor e cidadão veja com olhos críticos a agenda de desenvolvimento em curso no País. Um exemplo de como os últimos governos brasileiros lidaram com a questão é a iniciativa de integração latino-americana, a IIRSA, objeto de reportagem à página 50. Trata-se de um ambicioso empreendimento de interligação entre os países, de grande interesse para o Brasil, que evidencia como facilmente a agenda política resvala para o crescimento a qualquer custo, sem necessariamente condicioná-lo aos interesses socioambientais das populações. Esses interesses deveriam emergir também das urnas.

CRISTOVAM BUARQUE ENTREVISTADO: MARCEL BURSZTYN, COORDENADOR DO PROGRAMA DE GOVERNO E DA CAMPANHA DO CANDIDATO



1) O QUE O CANDIDATO ENTENDE POR SUSTENTABILIDADE?
"Ambientalizar o desenvolvimento econômico." Isso deriva do pensamento de que o desenvolvimento deve se dar não apenas na dimensão econômica, mas também nas dimensões social e ambiental.

2) O PROGRAMA DE GOVERNO INCLUI A SUSTENTABILIDADE?
Sim, é um pressuposto, porque o crescimento econômico a longo prazo pressupõe que o desenvolvimento seja sustentável.

3) COMO ABORDA A SUSTENTABILIDADE?
A sustentabilidade passa por vetores estruturantes do programa, como trabalho e infra-estrutura, e por uma linha de pensamento presente nas instituições do governo. A sustentabilidade tem de estar no espírito dos ministérios, das agências, dos institutos etc.

4) QUAIS SÃO AS PROPOSTAS RELATIVAS À SUSTENTABILIDADE?
■ Programa de geração de postos de trabalho: um dos setores previstos neste programa é o reflorestamento;
■ Revisão dos critérios para a distribuição de recursos entre estados e municípios, para além do critério populacional. Devem

pesar na nova distribuição de recursos também as regiões que têm mais demanda e mais projetos de preservação e recuperação do meio ambiente;
■ Amazônia: expansão limitada das fronteiras agrícolas. A exploração das terras deve acontecer de forma regular e controlada, e apenas nas áreas que já foram devastadas.

5) COMO TORNAR VIÁVEIS ECONOMICAMENTE AS PROPOSTAS NAS ÁREAS SOCIAL E AMBIENTAL?
Projetos de recuperação terão de tomar fatias maiores dos recursos do Orçamento Federal. Também é necessário revisar a geração de empregos públicos e incluir mais profissionais da área ambiental nos quadros do governo.

6) COMO OS INVESTIMENTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS SE HARMONIZAM COM AS PROPOSTAS DA ÁREA ECONÔMICO-FINANCEIRA?
O Brasil já tem leis bastante rigorosas para a construção de obras de infra-estrutura, por exemplo. Se determinado empreendimento, que gera benefícios amplos para todo o País, causar prejuízos a uma comunidade específica, o governo vai incentivar os contratos em que haja a compensação em outras áreas, como reflorestamento.

GERALDO ALCKMIN ENTREVISTADO: JOSÉ GOLDEMBERG, SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO E COORDENADOR DO PROGRAMA DE MEIO AMBIENTE



1) O QUE O CANDIDATO ENTENDE POR SUSTENTABILIDADE?
É um desenvolvimento econômico que dure, tenha permanência, e não seja predatório ao meio ambiente.

2) O PROGRAMA DE GOVERNO INCLUI A SUSTENTABILIDADE?
Sim, como eixo central da campanha: promover o desenvolvimento sem destruir o meio ambiente.

3) COMO ABORDA A SUSTENTABILIDADE?
Basicamente, por meio de ações de recuperação do meio ambiente e de fiscalização do cumprimento da legislação existente.

4) QUAIS SÃO AS PROPOSTAS RELATIVAS À SUSTENTABILIDADE?
■ Ampliação do número de vigias em reservas ambientais para 30 guardas por mil quilômetros quadrados (*segundo Goldemberg, hoje há 1 vigia por mil quilômetros quadrados*);
■ Revisão de legislação em questões mais novas (transgênicos e biodiesel, por exemplo), para permitir o ingresso de novas tecnologias, mas com controle do Estado;

■ Amazônia: aproveitamento do potencial hidrelétrico da Amazônia no Rio Madeira, já que o desenvolvimento da região depende de energia, e as alternativas à hidreletricidade são piores. Fazer tudo com licenciamento adequado, estudos e relatórios de impacto ambiental;
■ Controle da expansão das fronteiras agrícolas na Amazônia, exploração só das áreas já desmatadas, que correspondem a 18% do total.

5) COMO TORNAR VIÁVEIS ECONOMICAMENTE AS PROPOSTAS NAS ÁREAS SOCIAL E AMBIENTAL?
Com recursos do Orçamento Federal para executar ou fiscalizar ações de particulares, além de parcerias com a iniciativa privada para as ações de recuperação.

6) COMO OS INVESTIMENTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS SE HARMONIZAM COM AS PROPOSTAS DA ÁREA ECONÔMICO-FINANCEIRA?
O desafio é conciliar as duas coisas. Não se pode negar energia para a Amazônia, por exemplo, mas é possível ter parâmetros e critérios que permitam o desenvolvimento com o mínimo de impacto ambiental possível — e é isso que será exigido dos investidores.

HELOÍSA HELENA ENTREVISTADO: JORGE LUIS BORGES FERREIRA, GEÓGRAFO E ASSESSOR TÉCNICO DO PARTIDO



1) O QUE A CANDIDATA ENTENDE POR SUSTENTABILIDADE?
A campanha prefere usar o termo política de desenvolvimento sustentável, porque o termo sustentabilidade foi apropriado pelo grande capital e incorpora práticas com que o partido não concorda — como a destruição dos biomas em troca de áreas de reflorestamento. Na visão do partido, política de desenvolvimento sustentável não só preserva o meio ambiente físico, como inclui nas decisões as populações e organizações sociais que serão afetadas por determinado empreendimento.

2) O PROGRAMA DE GOVERNO INCLUI A SUSTENTABILIDADE?
É uma preocupação geral que aparece nos debates, e deve aparecer no programa de governo.

3) COMO ABORDA A SUSTENTABILIDADE?
Faz parte da redefinição das diretrizes econômicas que o partido propõe — no mesmo patamar de medidas da política financeira, como a redução da taxa de juro pela metade.

4) QUAIS SÃO AS PROPOSTAS RELATIVAS À SUSTENTABILIDADE?
■ "Choque de Estado" — comporta a presença ostensiva dos órgãos de preservação ambiental e da polícia em lugares onde há situação de conflitos de terra, e a regularização da exploração agrícola nessas regiões;
■ Reforma agrária com a desapropriação de terras improdutivas e propriedades irregulares (que usam trabalho escravo, por exemplo), priorizando a agricultura familiar voltada para o mercado interno.

■ Amazônia e Cerrado: frear o desmatamento e começar processos de investigação fundiária, para regularizar propriedades;
■ Matriz energética: rever as privatizações do setor hidrelétrico e explorar o potencial da capacidade instalada, que o partido acredita estar subutilizado. O partido estuda matrizes energéticas alternativas, mas por enquanto há resistência até quanto ao uso do biodiesel, que estimula a agricultura predatória da soja;
■ Reforma do Incra — aumento de pessoal qualificado, desvinculação de ramos industriais e reestruturação completa do órgão.

5) COMO TORNAR VIÁVEIS ECONOMICAMENTE AS PROPOSTAS NAS ÁREAS SOCIAL E AMBIENTAL?
A transformação da política econômica vai liberar mais recursos para investimento. Na área da recuperação ambiental, também pode haver uma redistribuição. Os investimentos em reflorestamento, por exemplo, podem ser usados em outros projetos. Todas as propostas apresentadas pelo partido não contemplam nenhuma alteração legislativa; trata-se só de fazer valer a lei.

6) COMO OS INVESTIMENTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS SE HARMONIZAM COM AS PROPOSTAS DA ÁREA ECONÔMICO-FINANCEIRA?
O desenvolvimento sustentável pode se dar sem alterações legislativas relevantes, apenas com reformas das instituições e de fiscalização da legislação vigente. Assim, não vão existir problemas como quebras de contrato, por exemplo. A única exigência do governo para com o capital é que ele respeite a legislação. Mesmo que isso implique perdas para as empresas, o Brasil tem vantagens comparativas que não afastarão investidores.

NÃO RESPONDERAM LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT), JOSÉ MARIA EYMAEL (PSDC), LUCIANO BIVAR (PSL) E RUI COSTA PIMENTA (PCO)

Novas. veias ABERTAS

O EMPENHO DO BRASIL E DE PAÍSES VIZINHOS PARA IMPLEMENTAR OBRAS PRIORITÁRIAS DE INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL PODE MUDAR A PAISAGEM CONTINENTAL ATÉ 2010

■ ■ ■ POR THADEU MELO

“**A** Cordilheira dos Andes é certamente uma beleza, mas é um terrível problema da engenharia.” A frase, de autoria do ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Carlos Lessa, exprime a ambição de integrar os países da América do Sul, passando por cima de “obstáculos naturais”. Dita em 2003 em Campo Grande, às portas do Pantanal — um dos mais importantes e ameaçados sistemas de áreas úmidas do planeta —, ela denuncia que o Brasil ainda opera no que se convencionou chamar de “economia cowboy”.

Baseada na idéia de recursos naturais inexauríveis e no uso de tecnologias que permitam a produção em escala,

ela se opõe frontalmente à nascente “economia do astronauta”, com recursos e tecnologia otimizados e enfoque na reciclagem, reutilização e na busca por fontes renováveis de materiais e energia.

Três anos depois da frase de Lessa, às vésperas de mais uma eleição presidencial, a retórica permanece. Dos palanques, candidatos a cargos públicos alimentam as esperanças de comunidades fronteiriças e as demandas de setores produtivos com a promessa, no estilo *cowboy*, de projetos para a integração regional.

O plano é criar conexões por terra, postos de fronteira, pontes, portos, hidrovias, ferrovias, aeroportos, dutos, linhas de transmissão e sistemas de comunicação e, assim, preencher as lacunas que constroem o desenvolvimento não apenas da nação, mas de todo o continente, encerrado em ilhas de prosperidade ancoradas às margens oceânicas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS
como os Andes dão os
limites físicos e desafiam
a incorporar o tema
socioambiental



Concebidos em meados do século passado, sob estruturas produtivas e condições políticas e ideológicas diferentes das atuais, esses projetos começam a sair do papel. O investimento previsto da ordem de US\$ 37,4 bilhões em melhoria logística une governos, empresas e agências de financiamento para incrementar a competitividade da região no cenário internacional. Ameaça, entretanto, a oferta de bens e serviços ambientais, a integridade de territórios indígenas e tradicionais e uma das maiores diversidades genéticas do mundo — passando ao largo da possibilidade de uma nova economia.

Ao se tornarem peças centrais dos múltiplos processos de integração em curso no continente, patrimônios naturais como a Amazônia, o Pantanal e a Cordilheira dos Andes trazem consigo o desafio de incluir temas como sociobiodiversidade e aquecimento global na discussão. Acima de tudo, o desafio de ouvir os desejos da sociedade como um todo, e não apenas os desígnios dos que decidem o destino político das nações.

REDUZINDO DISTÂNCIAS

A intenção histórica de interligação concretizou-se com o lançamento, em 2000, da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que a partir de então identificou e busca implementar 335 projetos de interesse comum. Para executá-los — 50% dos quais estão em território brasileiro —, a IIRSA tem o apoio oficial do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Corporação Andina de Fomento (CAF), do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) e do Banco Mundial, além da vultosa colaboração do BNDES.

Desde 2004, por determinação dos 12 presidentes das nações soberanas sul-americanas, a IIRSA prioriza a execução de 31 projetos. Deles, apenas um está concluído: a Ponte da Integração, que, com 240 metros sobre o rio Acre, conecta as cidades de Assis Brasil (AC) e Iñapari (Peru). A ponte sobre o rio Tacutu (Brasil-Guiana) está com as obras paralisadas, outros oito projetos estão em execução, quatro, em licitação, e 17, em estudos.

A IIRSA REÚNE 335 PROJETOS DE INTERESSE COMUM AOS PAÍSES; 31 DELES SÃO PRIORITÁRIOS E APENAS UM ESTÁ CONCLUÍDO

A AGENDA ATÉ 2010

OS PROJETOS PRIORITÁRIOS DA IIRSA PARA INTERLIGAR OS PAÍSES DO CONTINENTE E GARANTIR A INFRA-ESTRUTURA PARA EXPORTAÇÃO

- RODOVIAS EXISTENTES
- RODOVIAS - PROJETO
- - - GASODUTOS - PROJETO
- +++ FERROVIAS - PROJETO
- HIDROVIAS
- PONTES - PROJETO
- POSTOS DE FRONTEIRA - PROJETO
- CAPITAIS
- OUTRAS CIDADES
- ↓ PORTOS

Primeira conexão com o Peru, a Ponte da Integração é peça fundamental da ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico, reduzindo em 7 mil quilômetros a distância percorrida por produtos nacionais até os mercados da Ásia. O caminho para a China, maior comprador da soja brasileira, só estará consolidado com a conclusão da Rodovia Interoceânica, em obras no território peruano, com inauguração prevista para 2009 (leia quadro "Atalho para a China").

POLÍTICA EXTERNA

A mesma estrutura que fará o produto nacional ficar mais perto do consumidor asiático facilitará a penetração da economia chinesa no continente americano. Em 2004, a China ficou com 7,8% do mercado latino-americano — dez vezes mais que em 1990. O Brasil, no mesmo período, aumentou sua participação na região de 5,3% para 6,5%, segundo dados do BID.

A disputa com o gigante asiático faz do Brasil o maior interessado na consolidação da política de conexão estrutural do continente. As exportações do país à América Latina já são maiores que para os Estados Unidos, que permanece como o maior mercado individual para produtos brasileiros. A adesão da Venezuela ao Mercosul, em julho passado, e a aproximação do bloco com a Comunidade Andina, a partir da criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, são resultado de esforços do Itamaraty.



A PARTIR DE 2009 o Porto de Santos (abaixo) começará a ceder espaço aos portos peruanos de Ilo (acima) e Matarani no embarque de carne, grãos e madeira



Apropriada IIRSA surgiu de uma iniciativa do Ministério do Planejamento e do BNDES, conhecida como Estudo dos Eixos, que dividiu o país em regiões com relacionamento econômico. No velho espírito de 'integrar para não entregar', o estudo incentivou e mobilizou os países sul-americanos a elaborar trabalho semelhante para a integração física de suas infra-estruturas, dentro de uma lógica geoeconômica e não apenas geopolítica. Estão sendo implementados dez eixos de integração (veja mapa).

Em 2005, dos US\$ 487 milhões disponibilizados pelo BNDES para comércio exterior, US\$ 270 milhões foram para empresas brasileiras que ganharam licitações nas áreas de energia e transporte em países da América do Sul. Mesmo assim, a participação brasileira no mercado de construção da região, segundo técnicos do banco, está estagnada há dez anos em menos de 5% do total.

Recursos orçamentários da União e do Proex também estão empenhados em financiar exportações brasileiras para os vizinhos. A construção de duas hidrelétricas — La Vueltoza, na Venezuela, e San Francisco, no Equador —, a expansão dos metrô de Caracas e Santiago, a ampliação dos dois maiores gasodutos argentinos — San Martín e Noroeste — e a pavimentação da Ruta 10, no Paraguai, são alguns exemplos do uso de *know-how* brasileiro no continente com financiamento do BNDES.

PODER DEVASTADOR

Desde a conclusão do asfaltamento da BR-364 rumo a Rondônia, em 1984, os impactos da rodovia sobre a floresta são monitorados de perto. Análises das estradas secundárias, vicinais e endógenas feitas pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) mostram que três quartos dos desmatamentos entre 1978 e 1994 ocorreram dentro de uma faixa de 100 quilômetros — 50 para cada lado da pista — que margeia as rodovias pavimentadas na região.

Rondônia guarda outro bom exemplo de como a falta de planejamento e o roubo desenvolvimentista podem desperdiçar recursos naturais e financeiros. Com 366 quilômetros de extensão, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi construída para escoar a efêmera borracha do norte boliviano. As 1,5 mil vidas humanas investidas na obra só trouxeram lucro para o Brasil quando viraram romance em livro e minissérie de TV. Serra do Navio (AP) e Serra Pelada, em Curionópolis (PA), marcam também a leviandade da lava a céu aberto em solo amazônico.

No esforço de integrar para exportar, o BNDES deixa de lado seus próprios padrões ambientais. Embora tenha lançado em maio deste ano sua Política Ambiental, o banco não a aplica para além das fronteiras nacionais. Tocoma, na Venezuela, é a maior hidrelétrica em licitação no mundo, e empresas sediadas no Brasil concorrem para fornecer

BENEFÍCIO BRASILEIRO

A integração regional interessa ao País, que tem empresas trabalhando nas obras e passará a dispor de acesso mais fácil aos mercados asiáticos, especialmente o chinês. O Brasil tem participação de 6,5% no mercado chinês, mas quer mais

OS PROJETOS ANDAM RÁPIDO. SEM ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL. O DIÁLOGO COM O SETOR PRIVADO AVANÇA

máquinas e equipamentos necessários à obra, com o aval do banco. “No momento em que o importador contrata, supõe-se que todas as licenças estão autorizadas. A nós cabe apenas financiar a comercialização dos produtos”, afirma Luiz Antonio Dantas, superintendente da área de Comércio Exterior do banco. No cumprimento de sua função, Dantas acredita que a exigência do respeito a princípios ambientais ultrapassa a representatividade do banco brasileiro.

Empreendimentos em território nacional também têm relevância estratégica para os propósitos de integração. O ferroanel norte de São Paulo, por exemplo, é um gargalo à vazão dos produtos vindos de trem do Sudeste, do Centro-Oeste, da Bolívia e do Paraguai, que têm de passar pelo centro da metrópole paulista para alcançar o Porto de Santos.

Obras como as do ferroanel — com início previsto para 2007 — e as de duplicação da BR-101 entre Palhoça (SC) e Osório (RS), que também incorpora interesses transfronteiriços, levantam menos preocupação quanto aos impactos socioambientais por estarem em regiões com infra-estrutura já consolidada. Mas as organizações da sociedade civil estranham a velocidade com que a IIRSA avança sobre territórios mais isolados e atribuem sua viabilização a um excesso de liquidez das instituições financeiras multilaterais.

Para Fabrina Furtado, secretária-executiva da Rede

Brasil — rede de ONGs que monitora instituições financeiras multilaterais —, “a IIRSA tem poder devastador de disseminação de conflitos políticos e socioambientais”.

Segundo ela, os projetos andam rápido demais e não contam com o devido envolvimento da sociedade. “O Brasil foi o único país a abrir consulta para a sociedade civil por causa da pressão que fizemos”, conta Fabrina, que participou de oficinas promovidas pela IIRSA em Foz do Iguaçu e em Manaus. “No Peru também houve participação, mas foi muito restrita. O problema é que essa ‘consulta’ ocorreu depois de cinco anos de andamento da iniciativa, apenas para que fosse legitimada.”

Ariel Pares, coordenador da IIRSA no Brasil, admite que a consulta pública foi feita passados cinco anos, mas justifica: “Eram 12 países, e fazer isso com a participação da sociedade e do setor privado nos parecia ainda mais complexo do que a empreitada já o era. Uma vez que chegamos a uma carteira de investimentos, nos pareceu fundamental começar a abrir (à participação pública)”.

O economista Ricardo Carciofi, do Instituto para Integração da América Latina e o Caribe (Intal), tem outra visão. “Na realidade, a IIRSA é, desde seu nascimento, um projeto público. Estava desde o início explícito que era público, e que eram iniciativas, ambições dos governos da região,

Atalho para a China

A RODOVIA INTEROCEÂNICA CORTARÁ A REGIÃO MAIS RICA EM BIODIVERSIDADE DO MUNDO

A Rodovia Interoceânica, que vai ligar o Acre aos portos peruanos de Ilo e Matarani, encontra-se em franca execução. Sua conclusão interessa ao Brasil, primeiro porque parte das obras foi concedida a um consórcio de construtoras brasileiras por meio de concorrência pública internacional, ao custo estimado de US\$ 700 milhões, dos quais US\$ 420 milhões são oferecidos pelo Programa de Financiamento à Exportação (Proex), do Banco do Brasil. Em segundo lugar, a Interoceânica estabelece um caminho asfaltado para escoamento de carne e soja para os portos peruanos e de lá para a China e a Índia, onde o consumo dessas fontes de proteína já é maior e vem crescendo mais que no mercado europeu.

Se tudo correr como previsto, a partir de 2009 o Porto de Santos (SP) começará a ceder espaço aos portos peruanos. Além de carne e derivados, grãos e madeira são os principais produtos que poderão ter suas vendas externas incrementadas com a inauguração da rodovia. Haverá maior facilidade também para a exportação de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus.

Muita atenção é dedicada à abertura da Interoceânica no Peru, devido a seu potencial impacto negativo sobre a região mais rica e diversa do globo, os Andes Tropicais, que contêm um sexto de todas as plantas do planeta em menos de 1% da superfície terrestre. A estrada passa próxima a territórios indígenas e unidades de conservação onde se unem os ecossistemas amazônicos e andinos.

A fragmentação da paisagem poderá reduzir a megadiversidade local em prol do escoamento de produtos de alto volume e baixo valor agregado, preferencialmente transportados por ferrovias ou hidrovias. Segundo o ex-vice-ministro de Transportes peruano, Gustavo Guerra-García, o estudo de viabilidade da estrada projeta que o trecho mais próximo da fronteira com o Brasil servirá ao trânsito diário de apenas 318 automóveis no ano de 2029.

A MADEIRA-MAMORÉ, construída no início do século XX para escoar borracha, só rendeu lucro com séries de TV



submetidas ao escrutínio público necessário”, diz.

Em uma era em que os governos nem sempre se guiam pelo interesse público, há indicações de que o diálogo com a iniciativa privada estava avançado em 2003. “Quando uma sociedade tem vontade de ser, realiza intervenções pela engenharia, que é a ciência aplicada do homem no domínio e na colocação da natureza a serviço do homem”, disse Carlos Lessa à platéia do Seminário Internacional Parceria Público-Privada na Prestação de Serviços de Infra-estrutura, realizado em Campo Grande em novembro daquele ano. No mesmo evento, proferiu a frase em que, como em uma obra de engenharia, retira os Andes da paisagem.

INFORMAÇÃO PARA TODOS

Em agosto, na sede do BNDES no Rio de Janeiro, a IIRSA reuniu 59 pessoas, entre coordenadores nacionais, gerentes de projetos e representantes das agências de financiamento para aprimorar um sistema de acompanhamento, em tempo real, da execução dos 30 projetos prioritários restantes, 80% dos quais são de transporte. O Sistema de Informação para Gestão Estratégica, Sige, facilita o fluxo de informações desde os canteiros de obra até os gabinetes dos

ministros e gera informes sobre as alterações na paisagem do continente até 2010, prazo previsto para entrega das obras.

Espera-se que, no futuro, o Sige seja aberto a qualquer cidadão que queira saber em que pé anda a execução das obras de integração. Se já fosse acessível a todos, seria possível saber que a segunda ponte sobre o rio Jaguarão, entre Jaguarão (RS) e Rio Branco (Uruguai), não será construída por meio de Parceria Público-Privada, pois a falta de rentabilidade do empreendimento não despertou o interesse das empresas, e a obra aguarda decisão dos Congressos brasileiro e uruguaio. Os usuários do Sige saberiam também que a licitação para restabelecimento em território chileno da ferrovia transandina de Los Andes, no Chile, a Mendoza, na Argentina, aguarda o posicionamento da Empresa de Ferrocarriles del Estado, previsto para setembro. Em território argentino, corre a licitação pública.

ENERGIA

Entre os empreendimentos integradores que despertam mais preocupação em território brasileiro estão os de geração de energia por hidrelétricas, incluindo os complexos dos rios Xingu e Madeira e a Hidrelétrica de Estreito, na

O INTERESSE É PÚBLICO

Um sistema de informações monitora a execução das obras de integração, mas ainda não está disponível para o público. O processo de consulta pública só ocorreu por pressão de ONGs e, em alguns casos, com atraso de cinco anos



ANTÔNIO GAUDÉRIO/FOLHA IMAGEM

divisa do Maranhão com Tocantins. A oferta de energia na Região Norte atende à iminente exploração de jazida de bauxita — matéria-prima para a produção do alumínio — em Juruti, no oeste do Pará.

Os gasodutos que transportarão gás natural das bacias centrais do Estado do Amazonas para Manaus e Porto Velho também se tornam realidade. A população do município de Coari, ao qual pertence a Província Petrolífera de Urucu, mais que dobrou entre 1993 e 2004. Passou de 38 mil habitantes para 80,5 mil, e há estimativas de que o número de moradores esteja na casa dos 100 mil. A multidão espera a prosperidade do gás que passará por dutos enterrados rumo ao pólo industrial de Manaus.

Já o complexo de hidrelétricas e eclusas do rio Madeira, o empreendimento mais caro de toda a carteira da IIRSA, aguarda licenciamento ambiental, enquanto é alvo de constantes ataques por parte de organizações ambientalistas. “A nossa alternativa continua sendo os empreendimentos de barragens no Madeira e em Belo Monte”, diz Ricardo

um acordo sobre o que faz e o que não faz, incluindo os projetos do Madeira, que não devem ser deixados apenas aos lobbies interessados das grandes empresas construtoras de barragens ou das grandes empresas elétricas, como Furnas e Eletronorte. Esse é um problema da sociedade brasileira”, disse Pinguelli.

IMPACTOS INTEGRADOS

Enquanto boa parte da sociedade permanece alheia aos movimentos de interligação, representantes dos países na IIRSA se reunirão na primeira semana de outubro, em Montevidéu, com o objetivo de analisar obras e eixos de integração continental sob a ótica dos impactos socioambientais integrados. A atividade, embora prevista pelos financiadores, ainda não havia sido realizada desde que o projeto IIRSA foi deflagrado.

Segundo um estudo apresentado em junho pelo pesquisador Marc Dourojeanni, a obra de adequação e pavimentação da Rodovia Interoceânica teria sido aprovada,

AS HIDRELÉTRICAS DO RIO MADEIRA SÃO A OBRA MAIS CARA DA IIRSA. AS ONGS INSISTEM QUE HÁ ALTERNATIVAS

Cavalcanti Furtado, superintendente de meio ambiente da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, do governo federal. “Esse é o planejamento atual do setor elétrico e continuamos acreditando que ele é o melhor para o País.”

As organizações da sociedade civil, embora reconheçam a importância de obras de infra-estrutura, alertam que a IIRSA esconde a existência de alternativas. Entre elas estão “a repotencialização da rede de hidrelétricas existente, com custos financeiros menores, bem como fontes de geração de energia como a solar, que apontam para mudanças estruturais da atual matriz energética”, explica Fabrina Furtado.

Do outro lado, o argumento é que fontes alternativas não seriam capazes de atender a demanda nacional — cujo crescimento previsto é de cerca de 5% ao ano — e, assim, evitar uma nova crise no setor a partir de 2009. Além disso, o departamento de meio ambiente da EPE baseia-se em um estudo segundo o qual o emprego de fontes alternativas às hidrelétricas geraria mais emissões de gases de efeito estufa na Região Norte que as barragens previstas.

Em busca de uma solução, o ex-presidente da Eletrobrás Luiz Pinguelli Rosa sugeriu, durante o 11º Congresso Brasileiro de Energia, realizado em meados de agosto, a formação de um pacto nacional. “A gente tem de entrar em

financiada e iniciada sem dispor de um estudo de impacto ambiental e social adequado. O estudo foi realizado por trechos e não contemplaria a diversidade de impactos integrados do empreendimento.

O desliz, além de ameaçar o futuro de populações indígenas em isolamento voluntário na Região Amazônica, fere os manuais operativos e as salvaguardas estipuladas para a aprovação de projetos por instituições financeiras multilaterais. Para tentar reparar o equívoco, a CAF disponibilizou — mas ainda não repassou — US\$ 10 milhões para fortalecer a capacidade do governo peruano de lidar com as variáveis ambientais. De qualquer forma, a obra segue o ritmo previsto de execução. “Com sorte, acredito que a partir do próximo ano os brasileiros poderão pegar seus 4x4 e viajar ao Peru com a mais absoluta tranquilidade e rapidez”, afirma Nilo Meza, assessor do Ministério das Relações Exteriores do Peru.

A sociedade civil da região articula-se há alguns anos para lidar com a construção da Rodovia Interoceânica. Camponeses e indígenas bolivianos, peruanos e brasileiros, em um documento redigido em agosto de 2003 durante um fórum trinacional realizado em Brasília (AC), declaravam que “a estrada é a coluna vertebral do desenvolvimento. Ela traz benefícios, mas também causa muitos impactos. Sem a estrada ficamos isolados, porém deve ser feito um estudo de impactos ambientais e sociais antes de serem construídas (as vias)”. ■



Do que a POLÍTICA se esqueceu

✦ POR LEILA DA COSTA FERREIRA

Às vésperas das eleições presidenciais, é notória a fragilidade nos programas de governo dos candidatos em relação à sustentabilidade. No entanto, especialmente no caso brasileiro, a reflexão sobre a relação entre a sustentabilidade e a política deveria permear o debate, tanto na esfera federal, como na estadual e na municipal. Inserido em um continente com os maiores índices de biodiversidade do planeta e, ao mesmo tempo, alguns dos maiores indicadores de desigualdade social do mundo, o Brasil é uma democracia recente e em construção.

Ao demonstrar a necessidade de utilizar recursos naturais e o patrimônio sociocultural de forma planejada, e com vistas ao bem-estar das gerações atual e futuras, assim como ao equilíbrio ambiental global, a jovem democracia brasileira estaria ensinando uma boa lição a outras nações.

Infelizmente, não é o que se vê nas preocupações dos candidatos. Mas não porque a sustentabilidade não possa ser associada à política. O conceito de sustentabilidade comporta várias dimensões, tornando-se transversal e abrangendo todas as dimensões da vida humana, e não apenas as relações diretas com a natureza.

A idéia de sustentabilidade pode ser fortemente associada a outras três dimensões sociais consagradas no pensamento político do século XX — democracia, equidade e eficiência.

Em uma sociedade democrática, o governo é escolhido em eleições livres e competitivas e regras escritas na forma de lei regulam efetivamente as relações sociais. Além disso, os direitos individuais têm correlatos nos deveres coletivos, e esses têm predomínio sobre os individuais.

Em uma sociedade equitativa, todos os indivíduos — independente de gênero, origem social, etnia, idade, credo e ideologia — têm as mesmas oportunidades para se desenvolver. O que se herda tem importância mínima, em

contraposição ao que se adquire.

Por fim, as dimensões fundamentais de uma sociedade eficiente são a avaliação custo-benefício na tomada de decisões, uma equilibrada combinação de competição e cooperação nas regras do jogo e a promoção contínua do desenvolvimento científico-tecnológico.

Uma sociedade sustentável é aquela que mantém o estoque de capital natural, ou compensa uma reduzida depleção natural pelo aprimoramento do capital tecnológico, permitindo o desenvolvimento das gerações futuras e colocando o interesse coletivo acima de todos os outros.

Em uma sociedade sustentável, o progresso é medido pela qualidade de vida — saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo que, espera-se, sejam acessíveis a todos —, em vez do puro consumo material.

É preciso lembrar que tanto os padrões de consumo da pobreza como os da riqueza, juntos, contribuem para a deterioração da capacidade de suporte do planeta. No entanto, a força propulsora dominante do esgotamento dos recursos naturais situa-se no padrão de consumo dos países altamente industrializados e detentores de alta tecnologia.

Conseqüentemente, a atenção deve ser deslocada da questão tecnológica como solução da escassez absoluta — que se refere ao esgotamento propriamente dito do estoque de recursos — para uma abordagem política e sociológica como forma de enfrentar a escassez relativa — quando padrões insustentáveis de produção e consumo atuam como fatores determinantes do esgotamento.

É um erro enxergar a finitude dos recursos, e sua conseqüente escassez e esgotamento, como parte de uma relação linear de causalidade, em que a variável determinante é o *quantum* tecnológico da sociedade. O otimismo tecnológico é bastante elevado na corrente que segue o padrão da

fraca sustentabilidade — em que a substituição absoluta do capital natural pelo capital material é feita por meio da tecnologia, que absorve a totalidade dos recursos oriundos do crescimento econômico.

Já no padrão da forte sustentabilidade, as duas formas de capital não são substituíveis e o crescimento econômico, portanto, depende da manutenção constante do estoque de capital natural. Em outras palavras, é preciso manter as bases físicas da natureza inalteradas por intermédio de instrumentos políticos.

É possível, portanto, transcender a dimensão puramente ambiental da sustentabilidade, e envolver parâmetros políticos que dizem respeito às normas e critérios sociais para apropriação do capital natural.

A JOVEM DEMOCRACIA BRASILEIRA DARIA UMA LIÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AO MUNDO. MAS ESSA NÃO É A PREOCUPAÇÃO DOS CANDIDATOS

De outro lado, a questão da sustentabilidade tem, graças a sua especificidade interdisciplinar, o mérito de apresentar ao pensamento político alguns "problemas" de ordem conceitual, no mínimo, instigantes. É preciso reconhecer as várias formas de conhecimento e as práticas que as sustentam para incorporá-las em uma relação horizontal, não relativista, argumentativa.

A sustentabilidade constitui uma posição especial para este tipo de reflexão: é uma análise que se constrói temporalmente, que recusa o império da fragmentação e dispersão, que não substitui sem mais os objetos de reflexão política consagrados, mas coloca-se em um outro campo epistemológico — o da contemporaneidade radical dos acontecimentos. ■





A CABEÇA

■ ■ ■ POR IGOR PESSOA

Coração e pernas não vão a lugar nenhum sem a cabeça. E ela nos diz que, nas cidades de hoje, andar debaixo da terra faz sentido. Em vez de congestionar ruas e aumentar a poluição ao tirar o carro da garagem, o cidadão inteligente prefere as vias desobstruídas do metrô. Junto com ônibus mais eficientes, é ele que pode tornar o sistema menos nervoso.



...MANTER AS CIDADES LIMPAS

...denunciar abusos ⇄

Não bastasse o trânsito caótico, a poluição do ar, a falta de áreas verdes e de calçadas decentes, nossas cidades convivem ainda com uma avalanche de poluição visual. Definido como qualquer agressão aos olhos, esse tipo de poluição inclui o excesso de outdoors e faixas publicitárias, pichações em muros e fachadas e até o lixo espalhado pela rua—problemas agravados em época de eleições.

Em uma democracia, o direito à informação é tão importante quanto o direito a um meio ambiente saudável e a uma cidade bem cuidada. O cidadão também tem o direito de saber quem são os candidatos em uma eleição, para poder fazer uma boa escolha, o que por si só pode ajudar a melhorar a qualidade de vida em seu município. Por isso, a legislação é bastante flexível com a publicidade eleitoral.

Mas, como respeitar as leis nem sempre parece ser a prioridade de candidatos e políticos em geral, cabe aos eleitores avaliar se há abusos e denunciá-los ao Tribunal Regional Eleitoral em seu estado. Em São Paulo, isso pode ser feito via internet: www2.tre-sp.gov.br/denuncia2006/.



⇄ ...respeitar a lei

A cidade de São Paulo, por exemplo, possui regras claras para a propaganda eleitoral nas ruas. É permitido o uso de imóveis particulares, como muros e fachadas, se autorizado pelo proprietário. É permitida também a fixação de placas, faixas e assemelhados nos viadutos, passarelas, pontes e postes públicos que não sejam suportes para sinais de trânsito—desde que não lhes cause dano, dificulte ou impeça o seu uso ou o bom andamento do trânsito. São proibidas a inscrição à tinta e a colagem de cartazes em bens públicos e de uso comum, tapumes de obras ou prédios públicos, postes públicos, árvores e jardins.

Mesmo sem contar os que ignoram a lei, é só dar uma volta pela cidade para perceber o que significa a guerra travada pelos espaços públicos. Um candidato instala uma placa, vem o outro e põe uma maior por cima e, assim, sucessivamente.

Embora a lei diga que 60 dias depois das eleições as regras normais voltam a vigorar, pouquíssimos candidatos retiram sua propaganda. O resultado todos sabem: há muros que só serão pintados no começo da próxima campanha.

...fazer boas escolhas ⇄

Por mais útil que seja, o festival de santinhos distribuídos durante o período eleitoral pode causar problemas maiores do que a poluição visual. As eleições coincidem com o período de chuvas em grande parte do País, o que aumenta as chances de a sujeira ser carregada para os bueiros e provocar alagamentos e enchentes. Esquecidos após as eleições, muitos banners e faixas plásticas ou de pano acabam tendo o mesmo destino dos santinhos. Com o agravante de que tecidos sintéticos e plásticos não são biodegradáveis.

O eleitor-cidadão consciente deve não só cuidar para que folhetos ou qualquer tipo de propaganda que chegue a suas mãos tenha a melhor destinação possível, como verificar se os seus candidatos respeitam a cidade. Difícilmente um candidato com o discurso do vale-tudo durante a campanha terá uma postura diferente durante o mandato. Conhecer a atuação dos candidatos antes de fazer a escolha é fundamental, até para a manutenção da democracia no País. Como na propaganda todos os candidatos são perfeitos, é bom buscar outras fontes. O site da ONG Voto Consciente (www.votoconsciente.org.br) pode ser uma boa opção.



⇄ ...valorizar o espaço público

Se em época de eleição a poluição visual fica em evidência, é bom lembrar que não são apenas os candidatos os responsáveis pela sujeira nas cidades. Publicidade de todo tipo ocupa fachadas, postes, árvores e qualquer lugar onde possa se apoiar no espaço público. Até lixeiras ilegais são colocadas em metrópoles como São Paulo, para servir de suporte a mais anúncios.

E o governo, que em todas as instâncias deveria zelar pela limpeza do espaço público, tem culpa no cartório: são placas enormes de obras futuras, presentes e passadas—algumas terminadas há anos, mas "esquecidas" após a inauguração. Sem contar faixas informativas que, mesmo depois de passada sua razão de existir, permanecem meses poluindo a paisagem. Folhetos com propaganda são entregues em semáforos, calçadas e parques. Ao cidadão fica a tarefa de encher bolsos, bolsas e carros com papéis até encontrar um local para jogá-los.

A idéia de que os espaços públicos pertencem a todos e, portanto, devem ser respeitados por todos parece óbvia, mas nunca é demais enfatizar. O cidadão tem ferramentas à sua disposição para protegê-los, seja por meio da legislação, seja, eventualmente, do próprio voto.



Pobre RIQUEZINHO

✦ POR REGINA SCHARF

"O cara que disse que o dinheiro não compra felicidade não sabia onde fazer compras", disse o irreverente roqueiro David Lee Roth. Será mesmo? Não faz muito tempo, a imprensa noticiou que a New Economics Foundation havia divulgado o seu Happy Planet Index, com base em indicadores nacionais como a expectativa de vida, o bem-estar dos cidadãos e o nível de impactos ambientais.

A surpreendente conclusão foi que o arquipélago de Vanuatu, no Pacífico, lar de pescadores e pequenos agricultores, liderava o *ranking* dos países mais felizes, embora o seu PIB seja o 207º do planeta. Enquanto isso, o Brasil ficava em 65º lugar e os Estados Unidos amargavam o 150º, um dos últimos da pesquisa.

Essa desconexão — ou mesmo antagonismo — entre a riqueza e a felicidade tem sido reiteradamente comprovada pela academia. Um dos pesquisadores que se debruçam sobre o tema é o britânico Andrew Oswald, da Universidade de Warwick, na Inglaterra.

Para ele, o enriquecimento vem acompanhado de uma competitividade mais agressiva, primeiro com os vizinhos e colegas, depois com as celebridades. Precisamos adquirir não porque o produto nos tornará mais felizes, mas porque outros o possuem. Isso, naturalmente, aumenta a ansiedade do indivíduo.

Alguns experimentos que Oswald promoveu demonstraram que dois terços dos indivíduos estudados aceitariam reduzir suas próprias posses se isso também empobrecesse outras pessoas.

Além disso, diz o pesquisador, você se acostuma com os seus bens e perde o entusiasmo por eles. Para completar, os seres humanos são incompetentes na identificação do que os faria felizes, de modo que fazem opções equivocadas. As compras não têm eficiência do ponto de vista da aquisição de bem-estar e satisfação.

Para corroborar, Oswald cita pesquisas que indicam que as mulheres americanas brancas se mostram muito mais infelizes do que as suas mães e que os índices de suicídio *per capita* dos EUA são os mesmos do início do século XX, embora o valor atualizado dos salários tenha subido seis vezes desde então. Além disso, os britânicos estariam sofrendo cada vez mais de depressão e de estresse no trabalho.

Num artigo que publicou no jornal *Financial Times* no início do ano, ele lembra que a Inglaterra atravessa o mais longo período de crescimento econômico desde o início do século XVIII — sem que isso tenha ampliado a felicidade reinante. "Quando toda a sociedade se torna mais rica, o bem-estar permanece, em média, o mesmo", diz.

"Há muitas evidências estatísticas e laboratoriais que comprovam uma heresia: uma vez que um país encheu seus cofres, não há por que enriquecer ainda mais", escreve. Por isso, argumenta, insistir na promoção do crescimento econômico poderia ser um equívoco.

Os estudos de Oswald encontram ressonância nos trabalhos da socióloga Juliet Schor, professora de Harvard.

Ela calcula que o americano médio trabalha o equivalente a um mês adicional por ano em relação a 30 anos atrás. Juliet escreve em seu livro *The Overworked American* que "a cultura das horas extras se espalha como câncer". Isso estaria multiplicando os divórcios e outros problemas sociais.

Nesse contexto, as compras serviriam como uma espécie de compensação pela perda de tempo e da qualidade de vida. Estabelece-se aí um círculo vicioso. Você trabalha mais para comprar e manter o que comprou e compra mais para compensar esse esforço extra.

Se o maravilhoso mundo das compras não traz a felicidade, então, o que traz? Há indícios de que ela pode estar relacionada, principalmente, ao estado civil e às relações sociais do sujeito.

O professor holandês Ruut Veenhoven, da Universidade Erasmus, de Roterdã, criou um amplo banco de dados sobre o tema. Ele acredita que a educação e a renda são responsáveis por uns 5% da felicidade do indivíduo. Paradoxalmente, indica países ricos, como a Dinamarca e a Suíça, como campeões no tema — em contraste com os

A DESCONEXÃO ENTRE DINHEIRO E FELICIDADE É REITERADAMENTE COMPROVADA PELA ACADEMIA

achados do Happy Planet Index.

Argumenta, porém, que eles se destacam não apenas pela afluência, mas também pela democracia e tolerância. Outros fatores que o pesquisador não considera prioritários para a felicidade são a inteligência e a saúde. Já o aprimoramento das relações sociais e uma maior intimidade com os mais próximos responderiam por algo entre 10% e 15%.

Com base em suas estatísticas, Veenhoven aponta o casamento — mas não a geração de filhos — como fator promotor da felicidade.

Também recomenda duas ou três doses de álcool por dia (que, diz, relaxa e colabora para a socialização), um chocolatinho, *hobbies* ao ar livre (em contraste com aqueles domésticos) e o trabalho voluntário. Ou, se preferir, rebata David Lee Roth com uma frase de Drummond: "Ser feliz sem motivo é a mais autêntica forma de felicidade". ■■



NÃO TEM PREÇO

Se não é o mundo das compras, o que traz felicidade? Há quem aponte as relações sociais e a intimidade com os mais próximos. Também ajudam os *hobbies* ao ar livre, um chocolatinho e o trabalho voluntário. Mas a mais autêntica forma é ser feliz sem motivo





■ ■ ■ **MESTRES DA OBRA** Pelas mãos dos operários da construção civil, resíduos encontrados nos próprios canteiros transformam-se em peças de arte e design. O programa Mestres da Obra não pretende dar uma solução à problemática dos resíduos que o setor de construção gera às toneladas. Seu objetivo é fazer com que cada participante, por meio de cursos, palestras e vivências, desperte para as questões socioambientais que o cercam. Desde 2001, quando foi iniciado, o projeto já envolveu cerca de 400 operários. Nos mais de 15 ateliês implantados em canteiros de obras, o programa formou um acervo com aproximadamente 150 peças, que já ganharam espaço em exposições nacionais e internacionais. ■ ■